



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/03/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Bom dia a todos.

Presentes os Vereadores Arselino Tatto, pelo sistema virtual; Vereador Rubinho Nunes; Vereadora Sílvia da Bancada Feminista e também o Vereador Nunes Peixeiro.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública semipresencial desta Comissão do ano de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br; pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3, e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência pública está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 09 de março de 2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e também poderão ser feitas, neste momento, junto à Secretaria da Comissão. Os inscritos terão três minutos para fazerem a sua explanação.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Sr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas/Secretaria de Governo Municipal; Sra. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, Professora e pesquisadora da UFABC; Sr. Anderson Kazuo Nazano, Pós-Doutor pela FAU/USP; Sr. Renato Luiz Sobral Anelli, Arquiteto Urbanista e Professor do Mackenzie; Sra. Ana Paula Koury, Pós-Doutora e Professora da Universidade São Judas.

Também convidados os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Aproveito para registrar a presença da Sra. Antônia Ribeiro Guglielme, Coordenadora do Núcleo do Planejamento da Siurb, e a Sra. Eleonora Piaggi Portela, Diretora de Planejamento da Siurb.

Passemos à pauta: audiência pública tendo como tema “Enchentes em São Paulo:

Quais as Possíveis Soluções?”, conforme requerimento nº 1/2023, de autoria da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, aprovada em 08 de março de 2023 na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Inicialmente, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista para que faça as suas considerações iniciais, desde já a parabenizando pelo requerimento.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidente da Comissão de Política Urbana Vereador Rubinho Nunes.

Agradeço a todos os nossos convidados, que estão presentes na Mesa: o Secretário Pinheiro Pedro; Secretário Marcos Monteiro; e também todos os especialistas que nós convidamos para podermos tratar deste tema que é tão importante.

Mas, antes de tudo, dedico esta audiência ao pequeno Adrian Silva, de apenas 10 anos, que foi levado por uma enxurrada no Córrego de Itaquera Mirim, na região e Guaianases, no mês de fevereiro, na cidade de São Paulo. Dedico a ele porque quando eu vi essa notícia de que uma criança de 10 anos havia sido levada por uma correnteza, vi o depoimento da mãe dele. O Adrian era um menino da periferia, um menino negro, a sua mãe também, e o desespero dessa mãe, isso me tocou profundamente. Foi por conta disso que resolvemos chamar esta audiência pública sobre os alagamentos e as enchentes na cidade de São Paulo.

Infelizmente, não foi só o Adrian que morreu neste início de ano. Foram já sete pessoas que perderam suas vidas. Além disso, as pessoas perderam as suas casas, perderam os seus móveis, perderam os seus carros, perderam as suas motos. Na periferia, muita gente perdeu tudo. E porque nós não queremos mais que isso aconteça é que nós chamamos esta audiência, porque é preciso ter soluções. E, aí, nós trouxemos aqui o Poder Executivo; especialistas; Vereadores da Comissão de Política Urbana, para nos dedicarmos, nos debruçarmos sobre este tema, que é um tema complexo, mas que exige de nós estudo e também vontade política para podermos solucionar.

Nós vimos também as tragédias que aconteceram em outras cidades. No Litoral Norte foram 65 mortes e milhares de pessoas desabrigadas. E é para evitar que tragédias tão

graves, como essas, aconteçam em nossa cidade é que nós precisamos nos debruçar sobre este tema.

Segundo a Defesa Civil, São Paulo reúne hoje mais de 180 mil moradias construídas em áreas de risco. São 480 áreas de risco na Cidade. Deste total, atualmente, são 51 mil em risco grave, que é o R3 e o R4, que, com certeza, o Secretário vai nos explicar mais detalhadamente.

Diante desse cenário, é assustador saber que na cidade de São Paulo, até hoje, nós não temos em elaboração e não temos em prática o Plano Municipal de Redução de Riscos. Não é só neste Governo. É desde que foi promulgado o Plano Diretor, em 2014, nós não temos esse plano. E nós precisamos acompanhar esse plano. Inclusive, um dos encaminhamentos, Presidente Rubinho, e eu não sei se V.Exa. vai concordar, é que a Comissão de Política Urbana pudesse acompanhar a elaboração desse Plano Municipal de Redução de Riscos, que é tão fundamental e que, inclusive, foi assunto do Ministério Público, que cobrou o Executivo para que esse plano seja feito o mais rápido possível. Como Vereadora e membro desta Comissão, também gostaria de acompanhar a elaboração desse plano, e acredito que os meus Colegas também.

É preocupante, também, pensar que as principais medidas, que a Prefeitura tem feito em relação às famílias em áreas de risco, sejam medidas emergenciais, mas sem um planejamento de longo prazo. Por que eu digo isso? Porque normalmente o que se tem feito? Removem-se as famílias, mas as colocam em auxílio aluguel, que é totalmente insuficiente. Um auxílio aluguel de 400 ou de 600 reais não dá para alugar nem um banheiro na cidade de São Paulo. Hoje, nós temos bastantes populares aqui, inclusive o pessoal do MAB, o pessoal de outras comunidades, então é necessário que vocês falem sobre essa questão que tem a ver com um plano de habitação definitivo para retirar as famílias que se encontram nessas áreas de risco de R3 e de R4.

Então, tanto o auxílio aluguel, cartão emergencial ou a indenização de móveis em um valor que, na média prática, está próxima dos 20 mil reais, são medidas importantes, mas

não resolvem, porque essas famílias que estão no auxílio aluguel ou que recebem um valor que não dá para comprar uma moradia definitiva, vão acabar indo para outras áreas de risco. Então, o problema vai só aumentando. Aumentaram, nesses anos, as áreas de risco em São Paulo, em vez de nós termos uma diminuição.

E, aí, também nos indagamos: quais são as políticas permanentes que hoje são oferecidas a essas famílias? Infelizmente, nós não temos aqui alguém da Habitação, mas acredito que se os Secretários pudessem também..., se eles souberem deste tema, também seria importante falarmos sobre isso.

Terceiro ponto que eu gostaria de trazer diz respeito sobre as medidas de longo prazo. Temos as medidas de curto prazo e temos as medidas de longo prazo. Por exemplo, o que está sendo adotado em relação às obras de drenagem? Deixarei, aqui, um espaço para que os especialistas tragam as suas análises melhor fundamentadas para refletirmos se estamos no caminho certo ou não. Porque nós sabemos que a Prefeitura tem feito, mas será que a Prefeitura tem feito no caminho certo? Será que é isso mesmo que resolve o problema?

E nós estamos em uma emergência climática, em uma crise climática em que o volume das chuvas vai ser cada vez maior, então a nossa cidade está preparada para isso? Também tema, aqui, para os especialistas e para o Secretário Pinheiro Pedro poderem nos responder.

Gostaria de comentar que o Ministério Público fez um levantamento de execução orçamentária sobre as obras de prevenção de enchentes para o período compreendido entre 2014 e 2021, em que foram aplicados 4 bilhões em ações orçamentárias relacionadas à prevenção e ao combate às enchentes em detrimento aos quase 7,5 bilhões previstos para o período. Ou seja, menos do que o previsto. Então, nós temos uma série histórica de aplicação de menos recursos para o combate a esses problemas do que a previsão orçamentária.

E o último ponto que quero colocar e trazer é que esses planos de obras ou planos emergenciais estão sendo pensados em comunicação ativa com as comunidades que sofrem o impacto direto? E esse não é um ponto menos importante. Nós precisamos que a comunidade

que sofre participe do planejamento, participe dos planos. Eu já acompanhei comunidades que ficaram completamente alagadas e que não sabiam qual era o plano da subprefeitura, se iam para um lugar, se iam para outro, o que ia ser feito, o que a Defesa Civil ia fazer com elas.

Então, é preciso que tornemos essas soluções as mais democráticas possíveis e isso só é possível com participação popular efetiva. E também precisamos pensar quais os mecanismos necessários para que essa população participe efetivamente do que vai acontecer com a sua vida.

Então, quero desejar que nós todos, todas e todes, tenhamos uma ótima audiência e que possamos cumprir com a nossa obrigação, com o nosso dever, que é apontar soluções para que a população de São Paulo não sofra mais com esse problema, perdendo suas coisas, seus bens e também as suas vidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia. Passo a palavra ao Sr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, para que faça suas explanações.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Muito obrigado, Presidente Rubinho Nunes, é um prazer estar na Câmara Municipal. Quero cumprimentar V.Exa. e a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, do PSOL, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Bancada Feminista do PSOL, os Co-Vereadores presentes e assessores.

Quero também cumprimentar o queridíssimo Vereador Nunes Peixeiro, aqui presente, nosso querido companheiro, com quem tenho dividido preocupações imensas com referência à regularização fundiária na cidade de São Paulo. É um grande fator também de combate ao clima e fator de resiliência à questão relacionada, a esse ponto podemos falar mais adiante também, não é, Vereador? Isso é importante.

Quero cumprimentar também a Professora Ana Paula Koury, nossa companheira de projetos na área ambiental da cidade de São Paulo, principalmente no que tange a nossa política de novos centros, novas centralidades. Discutir a questão periférica retirando a questão de

periferia, porque não podemos falar em periferia em uma cidade que está em uma Região Metropolitana com 39 outros municípios. Cada ponto periférico da cidade de São Paulo é um novo centro da cidade. É essa visão que pretendemos hoje discutir dentro, inclusive, da proposta de crono-urbanismo, que integra um dos conceitos de governança de nossa Secretaria de Mudanças Climáticas. Podemos explicar mais adiante sobre isso, não é, Professora?

Professor Renato Luiz Anelli e Professor Kazuo; meu queridíssimo companheiro de Prefeitura, com quem tenho aprendido muito, Secretário Marcos Monteiro, muito obrigado por estar presente, um trabalho muito grande dos 4 milhões relacionados pela Vereadora Silvia. Pelo menos 2 milhões estão sendo hoje tocados sob a batuta do Secretário Marcos Monteiro nessa gestão. Isso é muito importante para entendermos também a ação desproporcional e positiva da atual gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes.

Cumprimento também os demais membros presentes na Mesa. E peço licença a todos para que possamos fazer a nossa apresentação. Pode colocar.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – São Paulo tem um plano preventivo de chuvas de verão. Sobre ele vamos conversar, é um plano que já prevê uma série de atividades visando minorar os problemas que passamos hoje em nossa Cidade.

Vamos passar para o próximo. Primeiro, como muito bem disse a Vereadora Silvia, nosso problema é global, não é só local.

Vou passar rapidamente, pode passar o próximo. Vejam só, Portugal enfrenta chuvas, inundações e destruição, *Correio Brasiliense*, data de 2022.

Próximo. Isso é o que já consta de fotos da inundação sofrida por Portugal, em várias cidades do país e com danos expressivos, similares aos que passamos em São Paulo.

Mais adiante. Kentucky, Estados Unidos, inundações enormes, 40 mortos. Isso aconteceu não só em Kentucky, aconteceu em várias cidades dos Estados Unidos.

Cuba. Centenas de casos de prédios, em Cuba, alagados também. Pode passar mais uma foto, a próxima. Cuba, população sofrendo barbaramente, inclusive, Havana, problema de enchentes.

Próximo. China, enchentes impactam meio milhão de habitantes. Passa adiante. Inundações também nas áreas urbanas da China.

Mais adiante. Nova Iorque, 41 mortos e arredores, 41 mortos em Nova Iorque, inundações.

Londres. Estão prontos? Olhem só Londres, período de chuvas. Austrália, período de chuvas. Itália, pode passar adiante. Milão, a maior Cidade industrial da Itália, inundada.

Portanto, o que nós temos é um evento que não é privilégio da cidade de São Paulo, é mundial. No primeiro, no segundo, no terceiro mundo, todos nós democraticamente estamos sofrendo com os problemas relacionados às chuvas e às inundações, com mortes mais expressivas em grandes cidades, como foi o caso de Nova Iorque, do que aqui.

Sobe um, volta adiante. Esse é o mapa mundial das mudanças climáticas hoje. Os pontos, em azul escuro, são onde mais têm chovido, a tendência é ampliar esses pontos, nós estamos no meio deles, São Paulo. Vejam a costa Leste dos Estados Unidos; Europa; Ásia; Japão. É um problema mundial.

Os pontos, em laranja, são onde temos os problemas relacionados às populações que mais irão sofrer com as alterações climáticas no futuro. São populações frágeis e são as próximas da lista.

Pode passar o ponto. Vejam a coincidência, onde temos maior emissão de gases de efeito estufa, os pontos mais claros, coincidentemente temos os problemas mais relacionados às inundações e chuvas do globo. Percebem? Esse é o mapa da produção de carbono, hoje, concentrada no mundo.

Próximo. Aqueles pontinhos pretos se relacionam às cidades que hoje estão entre a média de 40 e 50 graus centígrados. Acima de 50 graus centígrados é o que chamamos de linha mortal. Várias cidades já estão ultrapassando a média de 50 graus centígrados. O Brasil está na

linha, nós deveremos ter médias de 50 graus nos próximos anos na região Amazônica, o que irá afetar nosso regime de chuvas.

Esse é um ponto importante para compreendermos. Não é algo que vamos resolver por decreto, por decisão de Prefeitura. É algo com o qual precisamos nos relacionar, porque o globo terrestre sofre alterações climáticas há 4 bilhões e 300 milhões de anos. Nós não salvamos o globo terrestre, ele se salva sozinho, geralmente livrando-se do que está na superfície dele, já o fez várias vezes.

O período de vida que temos hoje em nossa crosta terrestre é muito menor do que vários outros períodos geológicos que a Terra já sofreu. Se temos hoje gases de efeito estufa propiciados por combustíveis fósseis, é porque esses combustíveis provêm de períodos de vida muito maiores do que tivemos hoje no Planeta Terra. Não somos eternos, por isso é muito importante compreendermos a necessidade de sermos resilientes e termos humildade em relação aos fenômenos pelos quais estamos passando.

E o que estamos descobrindo hoje, com o avanço da ciência, é que também interferimos nesses ciclos climáticos. Várias dessas cidades que estamos pondo – e São Paulo está ali no meio – vão, daqui a pouco, cruzar a segunda linha mortal. Vamos ter alterações climáticas.

E quando falamos em maior nível de calor – sobe, por favor, volta um -, vejam, São Paulo, a Região Metropolitana e a ilha de calor onde nos encontramos. Isso significa maiores períodos de picos de calor, maior período de chuva nos períodos úmidos.

Então, é necessário que tenhamos uma grandeza maior ao lidar com essa questão, que não tem partido, não tem religião, não tem consenso científico. Costumo dizer que consenso científico é a morte da ciência, o dia que tivermos um cientista com consenso ou com certeza, ele vai se tornar um bispo inquisidor, vai querer matar os que duvidam. Duvidar faz parte da ciência. Então, temos de aprender isso. É o momento de união, de termos uma visão de colaboração, não sermos oportunistas em relação a essa questão que estamos sofrendo na cidade de São Paulo.

Mais adiante. Como está essa distribuição mensal em nosso município. Aí temos mês a mês, que é o período que abrangemos com nosso plano de chuvas de verão, de novembro até março, como é o regime de chuvas dentro do município de São Paulo. Ele é assimétrico, onde está mais azul é onde chove mais. Em alguns pontos temos maior nível de calor, isso não quer dizer que a chuva não vá se precipitar em forma de pancadas nesses locais.

Mais adiante. Dezembro, janeiro. Próximo. Vejam como muda, fevereiro, março. A próxima é a média anual. Aí nós temos a média anual na cidade de São Paulo. É óbvio que a zona Sul é muito castigada, e parte da zona Leste, porque ali temos um maciço florestal ainda bastante preservado e, portanto, temos um regime hídrico melhor.

Mas vamos colocar isso agora em relação as nossas bacias. Pode passar o próximo. Temos seis distritos hídricos importantes na cidade de São Paulo. Isso significa que temos praticamente seis bacias importantes na Cidade.

Vamos passar o próximo. Olhem como nosso município é irrigado. Esse azul são córregos e rios da cidade de São Paulo. O que está em roxo é o que está tamponado ou canalizado. São centenas, milhares de córregos. Milhares. A nossa Cidade tradicionalmente é um grande banhado. Temos duas áreas elevadas, em relevo grande, ao Sul a Serra do Mar; ao Norte a Cantareira; no meio o espigão da Paulista e mais o espigão da Penha. O resto é banhado, é área de inundação. Nós passamos os últimos 500 anos lutando contra as nossas águas. E as águas não sabem que nós estamos aqui, praticamente ignoram, porque elas continuam caindo no mesmo lugar. E provocam enchentes e obviamente quando encontram terreno impermeabilizado, as enchentes se transformam em inundações e alagamentos.

Mais adiante. Essa é a precipitação em São Paulo, de 95 até 2022. Essa é a média em novembro. Vamos passar a próxima. A média em dezembro. Está ali parcial de 23, já está lá na ponta. A média em janeiro. A média em fevereiro, que foi um volume enorme que tivemos. E agora, a média parcial em março. Estamos na metade do mês de março e vejam só, a possibilidade de chegarmos a ultrapassar o volume de chuvas do ano passado, que foi o maior dos últimos cinco anos, é enorme. E já estamos no maior regime de precipitações de chuva

médio dos últimos cinco anos, mas ainda pode chover mais.

Mais adiante. Pensando nisso, em 2020 para 2021, o Prefeito Bruno Covas estabeleceu um sistema de Plano Preventivo de Chuvas de Verão e baixou uma portaria. Mas, em 21, o Prefeito Ricardo Nunes criou a Secretaria de Mudanças Climáticas e transferiu a atribuição da coordenação geral de um Plano Preventivo de Chuvas de Verão para essa Secretaria. Foi muito importante essa medida, primeiro, pelo reconhecimento da gravidade da questão climática e da necessidade de o vetor climático passar a ser inserido no processo decisório de uma gestão pública.

Isso foi muito importante, nós temos quatro sistemas próprios de gestão de clima no Continente Americano, o Secretário de Clima dos Estados Unidos; o Ministro de Câmbio Climático da Província de Misiones, na Argentina; o Secretário de Clima de Niterói e o de São Paulo. São quatro formas de gestão próprias voltadas ao clima em todo o Continente Americano. Então, o que estamos fazendo aqui é pioneiro. Está sendo observado no mundo todo, inclusive.

O que é o Plano Preventivo. Pode passar. Ele tem um contexto que foi baixado pela portaria 1.123, de 2021, do Prefeito. Esse contexto estabelece um objetivo de termos condições de coordenar as ações durante o período de chuvas na cidade de São Paulo. Então, de novembro até março vige esse plano. Há um sistema de coordenação, envolve uma supervisão do que está sendo feito em todas as demais secretarias do Município, um controle específico da Defesa Civil. Nós temos, na cidade de São Paulo, um volume muito grande de controle, vou mostrar para os senhores. E com isso temos hoje, praticamente, uma relação *on time*, ou seja, tempo a tempo do que acontece hoje na cidade de São Paulo e as medidas que estão sendo adotadas para contermos.

Isso permitiu que no ano de 2021 para 2022, primeiro ano dessa nova forma de governança, enfrentássemos o pior período de chuvas dos últimos cinco anos com o menor índice de danos dos últimos 18 anos. E tivemos uma morte na cidade de São Paulo. Agora estamos enfrentando o segundo ano.

Vamos passar. Essa é a nossa governança, coordenação geral da SeClima;

coordenação operacional do Comdec da SMSU, que é o nosso Centro de Defesa Civil. Ali estão todas as secretarias envolvidas, as principais. E obviamente o sistema de tráfego, de trânsito em São Paulo, porque quando temos problemas de inundação temos congestionamentos. Então, precisamos cuidar do tráfego da Cidade também.

Por favor, a próxima. Esse é o nosso sistema de alerta, o Comdec e a CET estão à frente. Primeira coisa que chega quando há um problema de alagamento, inundação, é o nosso sistema de tráfego, é a Companhia de Engenharia de Tráfego. Nós temos o nosso CGE, que é o Centro de Gerenciamento de Emergências, que estabelece os critérios para o estado de observação, atenção, alerta e alerta máximo. Quando estamos no estado de alerta e alerta máximo, aí acionamos o nosso Comitê de Crise, que é coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas. O nosso Prefeito se encarrega de estabelecer aí o estado de emergência e de calamidade pública. Essa informação vai para o gabinete do Prefeito e é ele que determina quando há essa condição.

O próximo. O que temos em São Paulo hoje. Um sistema de monitoramento com uma rede telemétrica, que hoje já chega próximo a 200 sistemas de telemetria instalados na cidade de São Paulo. Com esse sistema de telemetria temos condição de saber o índice pluviométrico, o índice de umidade, condições de chuva, como é que estão se comportando as calhas. E assim nós prevemos com uma certa antecedência como será o comportamento da Cidade em relação às prováveis inundações.

Mais adiante. Junto a isso, temos dois radares meteorológicos: o Radar Banda S, que tem o alcance de 240 km de raio, e que serve, inclusive, para a área do litoral do Estado de São Paulo; e o Radar Banda X, com o sistema de 60 km.

Esses radares são de primeiro mundo, e, em conjunto com o nosso sistema de satélites, permitem que tenhamos, pelo CGE – Centro de Gestão de Emergências –, um conhecimento absoluto do comportamento das massas de ar e das correntes sobre a cidade e o Estado de São Paulo, até o sul de Minas.

Esse é o sistema que nós enxergamos diariamente, minuto a minuto, hora a hora, e

isso é transmitido para o celular da coordenação e do grupo. Podemos, a partir daí, saber como está comportamento das massas de ar, das nuvens, de maneira que temos como prever o que vai acontecer na cidade de São Paulo. Isso nos permite acionar com antecedência as nossas equipes – o que não quer dizer que vamos evitar inundação, elas vão ocorrer.

Temos um sistema de simulação de inundação: quando há um volume muito grande já se precipitando sobre a cidade, ou prestes, nós conseguimos, pelo sistema telemétrico, saber quanto determinada área poderá ser inundada. Isso faz com que possamos, pela Defesa Civil, informar com antecedência a população já cadastrada, nas áreas seladas de risco.

Nós temos perdas materiais em São Paulo, mas um dos motivos pelos quais nós temos pouquíssima perda de vida é porque nós avisamos com antecedência. Isso é muito importante. Temos um sistema que tem sido eficaz até agora – basta ver o que aconteceu em Nova Iorque, anunciado, e o que acontece em São Paulo.

Escorregamentos: em 72 horas seguidas de chuva, o escorregamento torna-se um fator real iminente de risco, porque as encostas ficam encharcadas.

Vejam o que aconteceu, por exemplo, na região do Litoral Norte de São Paulo. Não foi aquela precipitação enorme de chuvas que acarretou, aquilo foi a gota d'água, o que acarreta é a chuva contínua que vai encharcando a encosta, até que ela se descola e cai. Então 72 horas de período de chuva já é um período de atenção voltado a essas encostas.

Nós não tivemos nenhuma morte em São Paulo por desabamento. Isso é muito importante.

Esse é o sistema que nós temos de controle de alerta de escorregamento, criado pelo nosso CGE.

O sistema que usamos é o do Telegram, porque comporta maior volume de gente cadastrada. Então o Telegram é muito utilizado em São Paulo, assim como SMS e outros sistemas de alerta.

Esse é o nosso Centro de Gestão de Emergências coligado com o nosso Centro de Engenharia de Tráfego. É uma NASA. Valeria a pena vocês conhecerem. É um sistema de

primeiro mundo. Temos câmeras ligadas em todas as áreas importantes da cidade de São Paulo. Acompanhamos as inundações e monitoramos.

Esse é o nosso Centro de Controle Integrado que fica na subprefeitura de São Paulo.

Aliás, este daqui é junto com o Governo do Estado – é a Defesa Civil do Estado, Corpo de Bombeiros, Guarda Civil Metropolitana e a nossa Defesa Civil. Isso também fica em São Paulo.

Fora esse controle, ainda temos o Centro de Controle Operacional nas subprefeituras, que tem o controle, inclusive, digitalizado, dos níveis dos nossos reservatórios e galerias, com sistema de previsão, inclusive. Nós sabemos os índices de como está o comportamento de todos os nossos elevatórios e piscinões *on time*.

Fora isso, colocamos um controle na nossa governança de integração com o Estado.

Pela primeira vez, desde 2021, quando foi instalada essa governança, nós passamos a ter controle sobre o que a EMAE e DAEE fazem com o sistema de bombeamento das nossas calhas. São Paulo, na verdade, é um grande sistema de banhado com duas calhas – Tietê e Pinheiros. E nós usamos esses dois sistemas como verdadeiros piscinões.

Então, graças ao controle que nós estamos tendo hoje, com a EMAE e o DAEE, sobre o sistema de monitoramento dessas calhas, pela primeira vez na história, desde 2021, os nossos centros de abastecimento não foram inundados.

O Mercadão teve um risco de inundação agora recentemente, mas previsível. O Ceagesp, que sempre inundou, não inunda, porque estamos mantendo esse nível de controle.

O volume de perdas evitadas a partir deste sistema é enorme. E é importante que tenhamos isso em vista também.

Temos 184 obras emergenciais concluídas – sobre isso, a Siurb, vai comentar – e 25 obras de Sehab em andamento.

Esse eu vou deixar para o nosso Secretário Marcos Monteiro: o orçamento e o que está sendo gasto, hoje, na área de infraestrutura; e que nós, pelo PPCV, acompanhamos.

Observem o efeito da governança: temos, ao lado, os índices de precipitação de

chuva, número de ocorrências, que reduziu bastante, e a entrada em vigor no sistema de PPCV - Plano Preventivo Chuvas de Verão – PPCV.

Tínhamos um crescente de ocorrências, e elas estão diminuindo significativamente – a linha amarela – por conta desse sistema desse sistema de governança climática que nós estamos impondo na cidade de São Paulo.

Temos 507 áreas de riscos, sendo 25 estabilizadas e 482 ativas.

O que nos preocupa muito é o que está em R4. Os setores são as áreas geológicas de risco com as atividades humanas. É por isso que chamamos de setores. Essa é a razão de o sistema da Defesa Civil utilizar esse termo.

As áreas de moradias são enormes: temos quase 11 mil moradias na área de R4.

Estamos agora muito preocupados, e a Secretaria de Governo tem se reunido os demais secretários para estabelecer um plano emergencial para fazer a retirada dessas pessoas do setor de R4 e uma recondução para outras áreas. Isso é muito importante. São as áreas que mais nos preocupam, hoje, na cidade.

Não é fácil, como muito bem disse a Vereadora, nós estamos tratando de um assunto na ponta que já existe já décadas na cidade de São Paulo, perpassou por todas as gestões de esquerda, direita, centro, acima e *abajo*, uma questão histórica. E temos desenvolvido uma governança muito aberta e participativa, diga-se de passagem. E faço questão de convidar todos para sempre estarem conosco lá, porque o que nós estamos fazendo não é para nós, é para a população e para as futuras gerações.

Os dados provisórios do PPCV da Defesa Civil estão aí registrados.

Tivemos um período de ocorrência em fevereiro, início de março, muito grande, e que praticamente dobrou por conta do volume enorme de chuvas que tivemos no período. Mas os atendimentos têm ocorrido. O número de mortos na cidade de São Paulo é lamentável, mas são pouquíssimos em relação ao que acontece no resto do mundo. É importante que vejamos também o lado positivo disso.

Estamos cuidando da nossa população como ela nunca foi cuidada antes. E

queremos melhorar, com a colaboração de todos.

Era o que eu tinha a expor, por enquanto, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Passo a palavra ao Secretário Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Bom dia a todos.

Eu tenho uma apresentação. Se puderem disponibilizar, por favor.

Enquanto isso, agradeço ao Vereador Rubinho Nunes, Presidente da Comissão de Política Urbana.

Para nós da Siurb – Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – é muito importante ter essa oportunidade, porque ouvimos falar muito na imprensa que São Paulo só tem ações reativas, não são ações planejadas. E vemos que talvez a nossa grande dificuldade seja a comunicação, fazer chegar às pessoas todas as ações que a cidade desenvolve para tentar reduzir os alagamentos, as áreas de risco. E um dos nossos objetivos é mostrar para vocês que existe, sim, muita ação planejada.

Evidentemente, como o Secretário Pinheiro Pedro falou, temos as nossas ações emergenciais; mas as grandes obras que estão sendo feitas na cidade são o resultado de ações planejadas. Então agradeço ao Vereador Rubinho pela oportunidade.

A Vereadora Silvia já esteve conosco. É importante essa mobilização da Câmara, dos Vereadores, nos ajudando a detectar situações de risco na cidade, situações de melhoria. E o Prefeito Ricardo Nunes faz questão.

Eu nunca, particularmente, recebi uma orientação do Prefeito Ricardo Nunes no sentido de atender um ou deixar de atender outro; o nosso gabinete está aberto para atender todos os Vereadores, seja de qual partido for. Afinal, o Vereador é o representante das pessoas da cidade.

Agradeço ao Vereador Nunes Peixeiro pela sua presença, sempre dando apoio às ações da Secretaria.

Agradeço ao Secretário Pinheiro Pedro, que é um parceiro, como ele falou. Procuramos muito trabalhar em conjunto: a Secretaria do Clima dando as orientações gerais, a conceituação geral da atuação, e nós atuando mais na parte específica das obras para a cidade.

Agradeço aos professores Anderson Kazuo; Luciana, da UFABC; ao Renato Luís, do Mackenzie; à Ana Paula Koury, da São Judas. Obrigado pela presença. Com a participação de vocês, vamos poder ter um diálogo bastante construtivo.

Agradeço também à Leonora e à Antônia, técnicas muito experientes da Siurb que estão aqui ao meu lado, que atuam numa área de planejamento justamente que mostra o conceito de atuação da Secretaria nessas obras da cidade.

Uma das primeiras medidas da Secretaria foi a criação desse Núcleo de Planejamento, que é para que essas grandes obras sejam estudadas antecipadamente, antes de serem feitas as licitações de projeto e obra.

Vimos situações na Secretaria de um encaminhamento dessas grandes obras numa direção que não seria o que gostaríamos ou o que recomendaríamos. E hoje, com o Núcleo de Planejamento, as obras nascem dentro desse núcleo de estudo, onde são feitos estudos ambientais, estudos de interferência, e, inclusive, estudos de realocação de pessoas – quantas pessoas vão ser atingidas.

Isso nos permite, quando abrimos uma licitação de projeto, passar aos projetistas que vão desenvolver esse projeto as diretrizes que eles devem seguir, no interesse da sociedade, no interesse da cidade. Isso nos dá muita segurança quanto às ações que estão sendo tomadas.

Talvez não seja ainda perfeito, mas acreditamos muito fortemente que estamos numa boa direção para promover uma resiliência cada vez maior para a cidade, para fazer frente aos períodos de chuva.

O que eu gostaria de comentar, primeiramente, é o seguinte: sai muito na imprensa que a cidade não tem ações de planejamento; e um dos objetivos é mostrar essas ações de planejamento para vocês.

Desculpem, eu também quero agradecer aos demais presentes, aos que vieram

conhecer um pouco mais os cuidados com a nossa cidade com relação aos alagamentos, as preocupações com relação à contenção de encosta. Essa participação das pessoas é essencial para vermos o quanto essas ações são importantes e o quanto as pessoas se preocupam com essas ações para a cidade. Então obrigado pela presença de todos.

Obrigado àqueles que nos acompanham pela internet também.

Gostaria de mostrar para vocês que temos, sim, ações planejadas; e, por outro lado, temos as ações emergenciais. Então são dois braços, não são coisas que são: “Ah, prioriza planejamento”, “prioriza ações emergenciais”. Não é isso, são coisas que andam em paralelo. E é esse quadro que eu gostaria de mostrar para vocês.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Primeiro: para projetarmos grandes obras que vão ser eficientes para a cidade, temos que dar dados consistentes.

Temos uma parceria com uma fundação que se chama FCTH – Fundação do Centro Tecnológico de Hidráulica –, da USP. É uma parceria já de alguns anos. E, embaixo desse contrato com o FCTH, inclusive, está o CGE, que o Secretário Pinheiro Pedro comentou.

Acho que todos já ouviram falar sobre o CGE. Ele faz uma interlocução importante com a imprensa no sentido de alertar, de dizer o que vai acontecer em termos de chuva na cidade – onde vai chover mais, quais regiões da cidade que podem ter problema num determinado período do dia ou num determinado período do mês. Então o CGE também fica embaixo, dentro, desse contrato do TCTH. E no que eles têm nos ajudado muito é na elaboração dos Cadernos de Drenagem, que contêm informações importantes para planejarmos as obras na cidade.

Dentro desses cadernos, e para uma cada uma das bacias hidrográficas...

Vou exemplificar: São Paulo tem regiões mais altas e tem regiões mais baixas. Dependendo de onde cai a chuva, essa chuva que cai nas regiões mais baixas acaba migrando para algum rio, algum córrego, que está na região mais baixa. É como se fossem várias bacias

cercadas por regiões mais baixas. E a água que cai no meio da bacia migra para um determinado córrego.

Antônia, você se lembra de quantas bacias temos em São Paulo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS MONTEIRO – É, são muitas bacias hidrográficas na cidade.

Então esses cadernos mostrados na tela reúnem informações importantes para cada uma das regiões e para cada uma das bacias hidrográficas da cidade.

Ainda não temos a totalidade – creio que temos 55% da cidade mapeada –, mas o objetivo da nossa gestão, até o final de 2024, é finalizar os cadernos para 100% da cidade.

Vocês podem, inclusive, baixar esse material da internet. No *site* da Siurb, vocês vão encontrar os *links* para todos os cadernos que já foram publicados.

Existe, por exemplo, para cada bacia, toda uma caracterização do território – como ele está ocupado, qual o sistema de drenagem implantado nesse território, quais são os córregos, qual é a vazão desses córregos. São dados que nos dão subsídios para tomarmos decisões de como atuar para melhorar o sistema de drenagem daquela região.

Daí, na sequência, são estudadas as alternativas para a melhoria do sistema de drenagem da região. E isso envolve diversas alternativas – melhoria do sistema de drenagem, criação de reservatórios, criação de jardins de chuva –, com as quais podemos reduzir o que chamamos de *manchas de alagamento da região*, que também são definidas no caderno de drenagem.

Uma informação importante, e vai na direção do que o Secretário Pinheiro Pedro falou: todos os estudos feitos hoje pelo FCTH preveem o que chamamos de um *tempo de retorno de chuva*. Hoje, falamos de um tempo de retorno de 100 anos.

O que isso quer dizer?

É como se pegássemos o histórico de chuvas, a pior chuva nesses 100 anos e

projetasse um sistema para dar escoamento a essa chuva. Qual o problema disso? Agora, principalmente com essa questão de mudança climática, pode ser que a gente tenha chuvas maiores do que esse período de 100 anos.

Então, todo sistema de escoamento que a gente tem, tem um limite. Nós temos tido, principalmente, nessas chuvas desse último ano, uma mudança de característica, pelo menos, é isso que a gente tem sentido na Siurb, apesar dessa média já ter aumentado de 250 para 350, como foi mostrado no mês de fevereiro, a gente entende que essas chuvas – apesar da média aumentar – têm caído de forma mais concentrada, num volume maior, mas, também, num curto período de tempo.

Então, é a mesma coisa de irmos ao tanque de casa, jogar o balde devagarinho, a água vai embora. Se a gente jogar o balde de água de uma vez, vai formar uma lâmina d'água.

As chuvas deste ano têm se caracterizado por esse comportamento. Então, a gente fala em chuvas, historicamente, de 30/40 milímetros, nessas chuvas tem sido comum chover na cidade, em algumas áreas, 90/100 milímetros, em três ou quatro horas.

Isso realmente consome toda a capacidade do sistema de drenagem da cidade causando esses alagamentos que a gente está vendo. O que temos salientado é que, realmente, existem essas situações, mas temos conseguido entregar para a cidade a cidade de volta mais rapidamente. Na maioria dos casos que estudamos, conseguimos devolver aquela área, às vezes, em 30 ou 40 minutos. Essa água já pegou, baixou, e as pessoas podem voltar à mobilidade.

Então, são feitos os estudos alternativos dentro dos cadernos e, também, estudos econômicos para ver a melhor solução, não só sob o aspecto de eficiência e drenagem, mas, também, sob o aspecto econômico.

Em 2016, foram lançados seis cadernos de drenagem. Esses que vocês têm. No ano retrasado, foram lançados mais cinco, Água Preta, Sumaré, Anhangabaú, Pirajuçara, Verde Pinheiros e Uberaba. No ano passado, lançamos mais seis cadernos de drenagem: Vila Leopoldina, Sapateiro, Tremembé, Tiquatira, Itaquera; e atualizamos o do Rio Aricanduva, que

eu estava mostrando a vocês. Estão em elaboração para lançamento neste ano outros oito cadernos: Aclimação, Água Vermelha, Lajeado, Cordeiro e Ipiranga, devemos lançar ainda no primeiro semestre; no segundo semestre: Guavirituba, Lapa e Mooca.

Então, tudo isso, como comentei com vocês, nos dá instrumentos para produzir ou fazer obras cada vez mais eficientes para a cidade. Só que, como vocês viram, a gente tem as ações, mas esses cadernos não nos dão a priorização dessas obras, quais são as mais emergentes, mais urgentes, que causam maior transtorno para a população e aquelas que ficam na sequência.

Por favor, o próximo.

Então, começamos a estudar com a FCTH uma forma de a gente dar uma priorização a essas obras. Em cima das obras já planejadas nos cadernos de drenagem, fizemos um plano de ação com as seguintes etapas: primeiro, avaliação de projetos e propostas existentes – que fique claro: dentro dos cadernos ou que já estavam lançados ou que estão em desenvolvimento -, definição dos critérios de priorização, no sentido do que é mais importante, então, definimos isso sempre focando nas pessoas, porque, no final, todas essas obras são feitas para as pessoas, definição de uma escala de pontuação, aplicação do modelo de análise e decisão multicritérios, por fim, a hierarquização das obras.

Por favor.

Então, a primeira coisa foi pegar, como a gente falou, todas as obras existentes propostas dentro dos cadernos e preparar uma ficha técnica resumida dessas obras com algumas características, como é a construção, qual aspecto econômico, social, ambiental, quais os danos que vamos evitar com a execução dessas obras. Foram pegadas 56 obras, com ficha técnica de cada uma.

Por favor.

Como foram priorizadas essas obras. Foi dada a maior nota, fazendo com que ela se tornasse mais prioritária de acordo com quatro critérios: maior área de redução de mancha de alagamento, redução de alagamentos em vias importantes, redução de alagamentos em

edificações e outros equipamentos, por exemplo, hospitais e ganhos ambientais, além de ganhos hidráulicos.

Faz crescer ou decrescer essa nota quando a gente tem um maior impacto e reassentamento de famílias, porque primeiro temos que dar o tratamento da questão social; alto custo de execução; longo tempo de execução e licenciamento ambiental.

No final, o desejo é de se fazer as 56 obras, mas a questão aqui é como a gente prioriza e traz resultados mais rápidos para a cidade; só lembrando de que nós estamos falando daquelas em que existem estudos.

Esse Plano Diretor de Drenagem que é resultado de todos esses estudos – a gente lançou esse plano ano passado – também está disponível no *site* de Siurb – contempla as obras estudadas no caderno. À medida em que a gente for ampliando os estudos e tendo mais regiões, nós vamos trazendo essas novas obras propostas para o caderno e redefinindo a priorização.

Então, é um estudo dinâmico que a gente faz anualmente com as novas obras propostas.

Quais pesos que foram dados para cada um desses critérios: se a gente pega a questão social da população a ser reassentada, tem um peso grande de 9,5%; população residente na área da redução da mancha, também um peso grande, 6,5%; no aspecto econômico, o custo de implantação 7,3%; no aspecto construtivo, prazo de execução da obra 6,8%. Então, vocês têm todos os aspectos, todas as variáveis apresentadas que foram incluídas para definição da priorização.

Próximo.

As obras existentes de reservatórios, lagos, polders e o que estão planejadas dentro da cidade. A gente vê uma boa distribuição das obras de acordo com as necessidades mais urgentes da cidade.

Por favor.

Aí, nós temos as primeiras 44, nessa ordem de priorização. Quem quiser olhar com mais detalhes pode baixar o arquivo do Plano Diretor de Drenagem. Ali, hoje, a obra mais

prioritária alteamento de pontos no Itaim-Jaguapé, depois, o Parque Linear Ponte Rasa, Reservatório Moinho Velho I, Reservatório Zavuvus. Essa é a ordem de priorização, mas hoje estamos estudando, tanto na área de planejamento, como definindo as licitações, várias obras em conjunto, são ações simultâneas que estamos executando, tanto na área de planejamento quanto na contratação dos projetos dessas obras.

Também é importante que a gente entenda que são grandes obras, complexas, em que a gente não pode errar, porque, se errar, a gente melhora a condição da região e piora as condições a montante, quer dizer, de quem está mais para cima ou, eventualmente, de quem está mais para baixo da região de alagamento. Então, são estudos bastante aprofundados para que efetivamente a gente tenha bons resultados.

Por favor.

Continuando, nós falamos das ações planejadas. A gente entende que hoje a cidade desenvolve um bom trabalho, para dar andamento a essas grandes obras.

Falando um pouquinho das ações gerais, o que a gente tem coletado de resultados com relação a isso. Esse gráfico tem muita semelhança – e os dados batem muito com o Secretário Pinheiro Pedro. Eu não sabia que ele tinha um gráfico semelhante. Na hora em que ele mostrou, fiquei torcendo para estar na mesma linha – e está. Mas eu tive conhecimento desses dados de outra fundação que nos presta apoio que é FDTE, Fundação Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, também, um órgão, uma fundação da USP, que nos ajuda em alguns trabalhos, por exemplo, não sei se todos têm conhecimento, mas a Secretaria emite, semestralmente, uma tabela de preços e de composições para se fazer composições de custos de obras, tanto de materiais quanto de serviços. A Siurb, a cidade, tem uma tabela de custos que serve de referência para o país inteiro. Então, FDTE nos dá apoio para pegar, atualizar essas composições, por exemplo, qual o número de horas que demora para escavar um metro cúbico de terra de reservatório; quanto isso custa, quantos serventes, quantas horas de trator, assim por diante. Então, a cidade tem uma ferramenta importante para determinar o custo dessas obras.

Mas eles também fizeram esse estudo que mostra o quê? A gente vê os biênios 2018-2019, 2019-2020, biênio porque a gente está pegando os meses de dezembro do ano anterior, janeiro, fevereiro e março do ano posterior. É justamente o maior período de chuva quando se concentram as chuvas na cidade.

Outra observação: em 2022-2023 não está fechado; esses dados eu acho que estão até o dia 05 de março, já choveu bastante depois disso, mas o que se pode ver claramente é que, nos últimos biênios, tivemos um aumento significativo das chuvas, com exceção de 2018-2019, choveu um pouco mais; mas um aumento significativo das chuvas em 2022 que é a linha laranja e 2022-2023 vai aumentar ainda mais, quando fechar março; e uma queda bastante significativa no número de alagamentos da cidade. Isso tem fonte a CET, o próprio FCTH, o CGE que nos passam essas ocorrências de alagamento.

No biênio 2018-2019, temos cerca de 1.700 ocorrência; em 2021-2022 e 2022-2023, em torno de 450 ocorrências. É uma queda significativa, mas não é zero. E tenho tido a oportunidade de visitar várias regiões da periferia que têm sofrido alagamentos. Eu fico impressionado com a resiliência dessas pessoas. Eu comentei de a gente entregar a região à cidade num espaço mais curto de tempo, mas para a pessoa que está dentro da casa dela, tanto faz se alagou por cinco minutos ou por duas horas. É lógico que quanto menor o tempo, ela começa a recuperar antes. Mas alagou. Ela perdeu mobiliário, comida. É muito triste a situação, principalmente, quando a gente conversa com essas pessoas, e elas falam: “Poxa, Secretário, é o décimo ano que eu perco a minha cama, o meu sofá, perco comida aqui em casa”.

Então, para nós é uma situação bastante delicada, e todo esse trabalho que a gente faz não é pensando em número de obras ou quanto a gente vai gastar, é pensando em toda essa situação dessas pessoas que estão sofrendo na cidade há cinco, 10, 20, 30 anos, que, realmente, a gente está motivado; não vamos falar que vamos reduzir a zero o número de alagamentos na cidade. Isso é vender um falso sonho para vocês, mas a gente está muito empenhado em melhorar, cada vez mais, a situação das pessoas da cidade, seja através de obras, seja – como o Secretário Pinheiro Pedro falou – com atuações na área social com Sehab,

fazendo realocação de pessoas, para que a gente melhore a condição de vida desse pessoal.

Por favor, o próximo.

Aí, vocês têm uma distribuição das várias obras de drenagem que a gente está fazendo na cidade. Temos, em verde, drenagem e taludes emergenciais entregues. Então, a gente está falando desta gestão que começou com o Prefeito Bruno Covas que teve continuidade com o Prefeito Ricardo Nunes em que foram entregues 145 obras de drenagens emergenciais, que são margens de córregos que estão caindo que já levou metade da rua, está chegando às casas, derrubando postes, em que se via na região aquelas peças de concreto cercado o buraco e não sabia o que ia acontecer na próxima chuva.

A gente começou fazendo um trabalho, inicialmente, abrindo para as Subprefeituras nos mandarem essas situações e viu uma situação extremamente represada, em que essas situações não estavam sendo cuidadas, e, na hora em que a gente se disponibilizou em fazer, chegou um volume muito grande de solicitações das Subprefeituras. Alguns de vocês devem ter vistos nos jornais: “o número de obras emergenciais cresceu 5 vezes ou 6 vezes”, simplesmente, porque não se fazia e começou a fazer. Então, se tinham 10 ou 15 obras emergenciais sendo feitas, e, na hora em que a gente começou a pedir para as Subprefeituras mandarem esses casos, a gente recebeu uma enxurrada de solicitações de obras emergenciais. Então, nos pontos verdes, as que já foram entregues.

Em laranja: 52 obras de drenagem e talude emergencial, que são obras de contenção de encostas de morro. Em rosa: obras de drenagem que estão sendo executadas por licitação, obras e projetos maiores. E outros 71 casos de drenagem em planejamento ou licitação. Como eu falei para vocês, dessas priorizações, a gente não vai uma a uma. Então, hoje, nós temos 71 estudos ou 71 obras que estão ou em fase de planejamento ou em licitação de projeto ou em licitação de obra.

Por favor.

Está acabando, gente.

Então, aí, um resumo das ações da Secretaria, a partir de 2021. Na verdade, os

reservatórios estão colocados desde 2017. Então, 16 reservatórios entregues desde 2017; três nesta gestão que foram os reservatórios, foi um polder da Avenida Aricanduva, aqueles reservatórios que estão na Ricardo Jafet, nas alças de acesso da Avenida dos Bandeirantes e o reservatório Taboão que está na Avenida Aricanduva.

Há seis reservatórios em obras, quatro em Perus. Estive hoje com o Prefeito visitando as obras do Ribeirão Perus. A gente fica feliz porque, apesar do volume imenso de chuvas, a Subprefeita Luciana informa que a situação em Perus só com o início das obras, a desobstrução e o alteamento de pontes que estão sendo feitos, neste ano, já melhorou, diminuindo muito a situação dos alagamentos em Perus.

No Morro do S, no Capão Redondo, há mais um reservatório. No Morumbi, o Córrego Antonico que desce de Paraisópolis, há dois reservatórios, um deles já com a execução iniciada em parceria com o Governo do Estado. Nós vamos entrar em licitação com outro, na frente do reservatório do Estádio do Morumbi, no caso, com a execução da Prefeitura.

Temos um reservatório na Mooca, perto da Anhaia Mello, que vai melhorar muito a situação de alagamentos. Houve cinco dias seguidos de alagamento na Anhaia Mello em função do volume de chuvas, isso nunca tinha acontecido. O reservatório está com a licitação já publicada. O Tribunal de Contas pediu alguns esclarecimentos, nós respondemos na semana passada. Estamos aguardando manifestação favorável para continuidade.

Outros cinco reservatórios Paraguai-Éguas, em frente ao TCM, Machados que fica na Avenida Aricanduva, também, o Freitas, na zona Sul. Na zona Leste, no Jardim Lapenna, nós estamos preparando intervenções grandes, assim como já falei do Córrego Antonico no Morumbi.

Temos canalizações entregues no Córrego Zavuvus, Anhanguera, Aricanduva, Ipiranga e Dois Irmãos. Há outras canalizações em andamento: Água dos Brancos, São Luiz, Lageado, Rio Verde e Perus, mais 216 ações emergenciais.

Você pode puxar o quadrinho preto um pouco para baixo. Perfeito.

Além das 216, hoje, há 111 recuperações de margens de córregos em andamento, outras 26 recuperações de galeria, que são os solapamentos nas vias. Às vezes a gente pensa

que é um buraquinho, mas na hora da intervenção há uma cratera lá por baixo. Esse tipo de coisa que sempre dá alguma discussão entre Sabesp e Prefeitura.

É importante aproveitar estas oportunidades para esclarecer. Passando por baixo das vias da cidade há tubulações da Sabesp, tanto para servir água limpa para as casas, quanto para retirar o esgoto.

Sob a responsabilidade de Siurb, estão as águas pluviais, que são a drenagem das águas de chuva e os resíduos sólidos. Por isso, a hora que se abre o buraco a questão que surge, em geral, se a galeria é de esgoto ou galeria de água pluvial, vira aquela discussão. Vão a Sabesp e a Prefeitura, não porque um quer jogar a responsabilidade para o outro. Ambos vão, realmente, para ver qual galeria que rompeu.

Outros 79 muros de arrimo e taludes. Próximo, por favor.

Aí nós temos o que vem sendo empenhado e liquidado na cidade. Em 2022, empenhamos 1,44 bilhão nessas obras de drenagem. O liquidado é um pouco menor, porque sobram alguns restos a pagar para este ano. Nós estamos fechando algumas medições.

Temos um orçamento aprovado pela Secretaria da Fazenda, por enquanto, de 1 bilhão, mas a previsão é de gastos de 1,5 bilhão, pelo menos, neste ano. Por favor.

Acabou. Então é isso. Apenas finalizando a apresentação, creio que ela dá um quadro do que temos feito tanto com as relações planejadas quanto com as obras emergenciais.

A Vereadora Silvia comentou sobre o PMRR, o quadro que ela apresentou é real. Existe um compromisso com o Ministério Público de a cidade preparar um Plano Municipal de Redução de Riscos já há alguns anos. É um compromisso que vem desde 2011. Nós estamos estudando dentro de Siurb. O compromisso é que nós somos responsáveis pela elaboração, mas é uma ação intersecretarial, que envolve SeClima, Segurança Urbana, Defesa Civil, Sehab, sendo um plano muito abrangente para o qual estamos promovendo os estudos.

O compromisso que estamos apresentando ao Ministério Público é que, em 12 meses, nós finalizaremos o plano e vamos apresentá-lo à cidade. Mas o mais importante do que isso é que, como produto desses estudos, vamos preparar 100 projetos para atuação em áreas

de risco. Já estamos finalizando a contratação dos estudos. Daqui a cinco meses começaremos a receber os primeiros projetos de atuação em áreas de risco, além dos que a gente já vem desenvolvendo normalmente na Secretaria. Evidentemente, todos em área de risco R4, que é a mais grave, com atuação conjunta com Sehab para realocação das pessoas.

Daqui a cinco meses esses projetos começarão a ser entregues. Até o final do ano, teremos licitações de todas essas 100 obras de atuação em áreas de risco R4, não da forma emergencial, mas com planejamento e de forma estruturada como resposta à maneira como somos cobrados, para que não haja ações reativas e reduzindo as emergenciais, com o que nós concordamos plenamente. A questão é estruturar todos esses trabalhos.

“Ah não, vou estruturar e daqui a dois anos apresento resultado.” Às vezes há situações em que a atuação tem de ser imediata, por isso as obras emergenciais. Mas nós já estamos preparando o trabalho, para nos adiantar aos problemas nas áreas de risco R4, como a Vereadora Silvia falou. Em resumo, vamos apresentar 100 projetos, iniciar a licitação, começar as obras até antes de termos o plano pronto.

A Vereadora também falou em oito mortes na cidade. É um número que me surpreendeu, porque achei que era uma, mas há mais sete. Nós não tínhamos essa informação. Se você puder, mande essa informação que está mais estruturada. A informação que nós trabalhávamos, como o Secretário Pinheiro Pedro disse, foi a de uma morte em Moema. Esse número surpreendeu, principalmente da criança, que causa ainda mais comoção.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – As mortes na periferia não aparecem tanto na imprensa quanto a morte em Moema.

O SR. MARCOS MONTEIRO - É sobre isso que eu ia comentar, trata-se de uma situação triste. Algo que eu quero enfatizar, como já falei, a nossa preocupação maior é com a população. A gente começa o período de chuvas torcendo, rezando todos os dias para que tenhamos zero mortes, na cidade. Esse é o nosso grande objetivo.

Estávamos trabalhando com um número de uma, como foi até agora, que foi o que deu repercussão. A gente fica, realmente, monitorando na imprensa durante a chuva.

Então se você pudesse, Silvia, nos ajudar mandando essas informações, para vermos em que situação ocorreram cada uma dessas mortes. Acaba também sendo um motivo a mais para atuarmos na região. Mas, pelo que vocês viram no mapa, a grande atuação nas obras emergenciais acontece justamente nas regiões periféricas. É grande a preocupação.

O número que eu tinha era de uma morte, por ironia do destino, numa região mais abastada, mais nobre da cidade, mas a gente entende que, como o Secretário Pinheiro Pedro falou, todas essas obras e ações estão sendo muito eficientes para protegemos mais as áreas periféricas, evitando situações piores.

Era essa a minha apresentação. Agradeço a atenção e a paciência de todos. Espero que tenha sido instrutivo saber de todas essas ações que a cidade vem fazendo.

Obrigado, Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Secretário. Quero mais uma vez agradecer a presença dos secretários, parabenizar pelo trabalho e pela explanação completa que foi feita.

Quero informar que as inscrições presenciais que estavam sendo feitas, já estão encerradas. Até para que a gente possa cumprir o prazo.

Registro a presença dos Vereadores Sansão Pereira, Marlon Luz e Rodrigo Goulart, pelo sistema *online*, assim como o Vereador Tatto.

Passo a palavra aos técnicos, pedindo que seja respeitado o tempo de, até 10 minutos, para que a gente possa cumprir o prazo da audiência pública e também ouvir as pessoas que se inscreveram presencialmente e pelo sistema *online*.

Passo a palavra, inicialmente, para a Sra. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, professora e pesquisadora da UFABC, agradecendo mais uma vez pela presença.

A SRA. LUCIANA RODRIGUES FAGNONI COSTA TRAVASSOS – Bom dia a todas as pessoas. Quero agradecer à Silvia da Bancada Feminista pelo convite. Estou bem feliz por estar nesta discussão porque considero importante. Agradeço ao Pinheiro Pedro e ao Marcos Monteiro pelas apresentações. É importante que a população ouça os planos que estão sendo

feitos pelo Executivo.

Quero começar reagindo um pouco às falas que foram feitas, concordando, em primeiro lugar, que as mudanças do clima estão aí, são reais e que elas implicam mesmo num grande desafio para a gestão pública, no que concerne às questões de drenagem, mesmo movimentos de massa.

Mas os problemas que a população paulistana enfrenta são anteriores às mudanças climáticas, eles têm a ver com a forma como a cidade foi construída, com as escolhas políticas que foram feitas e seguem sendo feitas, e também pela ausência de políticas públicas de infraestrutura e, principalmente, por essa.

Quero focar um pouco a minha fala em pontos que acho essenciais. O primeiro é que os recursos são importantes, mas é preciso entender o que tem sido planejado, o que tem sido feito e onde tem sido planejado e tem sido feito.

Embora o Secretário Pinheiro Pedro tenha mostrado uma série de imagens de outros países, falado sobre algumas mortes, as mortes e as perdas materiais têm um recorte de classe e de raça. Elas não acontecem para todo mundo ao mesmo tempo, embora às vezes aconteça de forma um pouco mais democrática.

Para não falarmos de periferia, precisamos transformá-la. A periferia precisa ser prioridade das ações, assim como no Plano Diretor desta cidade estão estabelecidas macro áreas de redução da vulnerabilidade. (Palmas) Obrigada, gente. Essas macroáreas de redução da vulnerabilidade precisam ser consideradas quando a gente vai priorizar.

Eu gostaria muito de conversar um pouco sobre priorização, mesmo. Os Cadernos de Drenagem são um instrumento muito importante para a gente planejar. Eles trazem questões interessantes para a gente planejar, mas a gente não sabe muito bem como essas bacias foram priorizadas para terem os primeiros Cadernos de Drenagem e não outras bacias.

Os primeiros Cadernos de Drenagem todos se concentram de forma mais expressiva, não só os Cadernos, mas as obras que estão vinculadas aos Cadernos, elas estão bastante concentradas no que a gente chama de Centro Expandido, ou um pouco além do Centro

Expandido, mas elas não estão priorizando necessariamente as áreas mais periféricas. Ou seja, as bacias periféricas estão na fila para terem seus Cadernos de Drenagem, com algumas poucas exceções.

Mas eu gostaria de entender um pouco como que essas bacias foram priorizadas e não outras, sendo que, como a Sílvia falou, as inundações muitas vezes são invisíveis, porque não são inundações no sistema viário. São inundações onde não existe sistema viário. Essas inundações, pontos de alagamento, mal são registradas do ponto de vista das ações públicas.

A prioridade dada pelos pontos de alagamento no sistema viário vai sempre incidir no Centro Expandido, porque lá o sistema viário é mais consolidado e também construído nos fundos de vale.

Para as ações emergenciais, eu também penso que a gente precisa entender um pouco melhor porque as 56 obras foram as escolhidas para serem hierarquizadas e não outras. Na entrada do Caderno de Obras está escrito que as obras foram selecionadas a partir dos planos por bacia, de um acervo existente na Siurb, e outras obras consideradas emergenciais.

Mas em nenhum lugar fica muito claro e eu perguntaria a vocês, por que essas 56 obras e não outras obras? Por que obras espalhadas pelo Município de São Paulo e não obras onde existe uma priorização do ponto de vista da vulnerabilidade das populações, que pudessem falar assim: aqui, de fato, a gente tem uma ação pública importante para acontecer. Em que pese o fato de que a cidade inteira precisa de obras de drenagem. Isso a gente sabe. Mas as populações mais vulneráveis elas também estão mais vulneráveis à morte e às perdas materiais.

Fico um pouco na dúvida, um pouco o Marcos falou sobre isso, na relação do planejamento quanto à habitação, à produção de moradia.

Um dos fatores de priorização das obras emergenciais é justamente não haver população a ser realocada. O que me pega um pouco no fato de a mesma Prefeitura dizer que R4 é prioridade para realocação. Se a gente tem um rol de obras emergenciais cuja hierarquização diz que quanto mais gente tiver para ser realocada mais para traz essa obra vai ficar na lista de obras da Prefeitura, eu me pergunto por que as próprias obras emergenciais não

provocam a Sehab em falar o seguinte: a gente tem morador em R3 e R4 que precisam de uma solução habitacional, porque estão em área de risco não remediável.

Parece que jogar esse planejamento para frente e não o trazer para as obras emergenciais, de alguma forma, é paradoxal com as falas que foram feitas hoje. Eu esperaria que a gente, de fato, focasse em R3 e R4, focasse moradores que precisam de realocação porque eles estão em perigo de vida e de altas perdas materiais. Do meu ponto de vista, isso deveria ser prioritário para a ação da Prefeitura na definição das obras emergenciais de drenagem.

Por fim, só porque meu tempo já está acabando, talvez eu vá falar isso de forma um pouco deslocada, porque meus colegas não tratem do tema. Quando o Secretário Pinheiro Pedro foi falando das ações, mostrando como a cidade está altamente monitorada para os episódios de inundação, principalmente de chuva, e, de fato, com uma tecnologia expressiva sobre esse mapeamento, eu senti falta da própria Defesa Civil, ou seja, se a gente sabe como as manchas de inundação estão crescendo, como a chuva está chegando, que os padrões mudaram, quais as áreas que são inundáveis, onde está a Defesa Civil?

O Secretário falou que o primeiro aviso que se dá é para o CET. Sim é importante porque as pessoas não podem se colocar em risco, precisa fechar as ruas inundáveis, isso é óbvio. E a Defesa Civil para ajudar a quem já está em perigo?

Toda estruturação que a política nacional de proteção e defesa civil preconizou para os municípios, especialmente a construção dos núcleos comunitários de defesa civil, que precisam funcionar juntos num processo contínuo, de formação, de educação e de prevenção de risco, porque as pessoas não podem seguir morrendo porque chove.

Era essa a minha fala. Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Luciana, pela

presença e pela fala.

Chamo agora o Sr. Anderson Kazuo Nakano, pós-doutor pela FAU/ USP. Obrigada pela presença, pela participação e contribuição.

O SR. ANDERSON KAZUO NAKANO – Obrigado. Bom dia, todos e a todas.

Quero parabenizar essa iniciativa da Bancada Feminista por organizar essa audiência pública em torno desse tema vital para nossa cidade. Quero saudar, em nome da Vereadora Silvia, todos os vereadores presentes, saudar os Secretários pela atenção em trazer essas informações e os meus colegas da Mesa, pesquisadores, professores, militantes e o nosso papel aqui é fazer, exatamente, essa discussão, a problematização e até o contraponto em relação as apresentações feitas pelos representantes do Poder Executivo Municipal, porque a gente continua tendo esses problemas. Não estamos em uma cidade perfeita ainda. Talvez nunca vamos estar.

Quero aproveitar este breve tempo. Eu trouxe um mapa. O mapa que o Secretário Pinheiro Pedro também apresentou, que é da rede de drenagem natural do município São Paulo que mostra, de fato, uma concentração imensa dessa drenagem natural de rios e córregos nas periferias Norte, Sul, Leste e Oeste do município de São Paulo. Em vermelho, temos as áreas inundáveis. Tudo isso são informações do GeoSampa, fonte da Prefeitura Municipal.

Primeiro ponto que gostaria de destacar é como está subdimensionado essa informação sobre as áreas inundáveis que constam GeoSampa da Prefeitura Municipal de São Paulo. Sabemos que as áreas inundáveis são muito mais do que aquilo que está representado em vermelho neste mapa. Ali só temos as principais áreas, nas principais várzeas da cidade. É necessário detalhar, ampliar essas informações.

Sabemos que existe uma subnotificação das áreas inundáveis nas áreas periféricas. O Quilombo Periférico fez um trabalho notável de identificação das áreas da periferia que sofrem inundações, mas não constam nos cadastros da CGE. Fizeram até uma denúncia. Eu gostaria de reforçar essa iniciativa do Quilombo Periférico e me somar a essa necessidade de termos informações sobre as inundações da área periférica. Porque quando você invisibiliza essas

ocorrências, você não apresenta soluções. Então gostaria de destacar esse primeiro ponto.

Segundo ponto que eu gostaria de mencionar, vemos que, de fato, a maior concentração de rios e córregos da cidade estão nas áreas periféricas. O que acontece com as águas em uma cidade está diretamente relacionado com o que a gente faz com a terra nessa cidade. Então o jeito como a gente acessa e usa terra na cidade tem uma relação e uma consequência direta com o que ocorre com as águas na cidade. E o jeito como a gente acessa a terra e usa a terra nas áreas periféricas é completamente diferente do jeito como acessa a terra e usa a terra no Centro Expandido.

Esta cidade é profundamente desigual. Existe uma segregação sócio-espacial e que é também uma segregação racial, histórica nesta cidade. Sabemos que nas áreas periféricas, além de ter uma concentração da população mais pobre, a classe trabalhadora mais vulnerável, temos também a concentração da população negra desta cidade e que sofre com todos os efeitos dessas tragédias, das áreas de risco, das inundações, dos deslizamentos e tudo mais.

Então, gostaria de trazer a sugestão de nós organizarmos essas informações sobre as pessoas que são impactadas por essas tragédias não só de uma maneira genérica, mas também por condição socioeconômica, por condição de moradia e por raça. Porque nós precisamos trazer para a visibilidade que existe um racismo e uma injustiça socioambiental e racial nesta cidade. Isso é fatal. Sempre existiu. Isso é histórico e vem desde o período colonial. Essa população sempre foi excluída do acesso à terra legal, bem provida e bem localizado na cidade. Isso é importantíssimo porque é a partir daí que nós vamos começar a fazer políticas públicas não de uma maneira genérica, pensar obras não de uma maneira genérica, mas endereçada para aqueles que realmente precisam do Estado para sobreviver, para se proteger e para se salvar dessas tragédias.

A gente não pode esquecer que o jeito de acessar e usar a terra na periferia é um jeito que reproduz vulnerabilidades, expõe os mais vulneráveis a mais riscos, mais perigos e a mais ameaças. Esse é o segundo ponto.

Terceiro ponto que gostaria de trazer como sugestão. Falou-se muito em obras.

Obras nas áreas de risco, as obras de contenção de encostas, as obras de enfrentamento das inundações. Agora, a gente precisa pensar e problematizar essas obras. Obras num espaço urbano não é só solução, muitas vezes elas geram problemas. Dependendo do jeito e da localização como fazem essas obras, elas podem ser problemáticas. A gente já sabe que muitos piscinões que são construídos nos bairros se limitam a uma obra de engenharia civil. Não se considera, como em outros países, que esse tipo de obra, que absorve uma quantidade imensa de recursos, poderia ser pensada urbanisticamente e ao invés de um Piscinão, que é uma bacia de concreto que muitas vezes acumula água suja, lixo, cercada com uma grade onde se acumula mato, poderia pensar em outros lugares, como sendo um espaço público, com qualidade ambiental, com solo permeável, com área de lazer, áreas verdes. Esse dinheiro investido nessas obras não só de enfrentamento a inundações, mas as obras viárias de transporte coletivo, não serem obras de engenharia civil, pura e simplesmente, pensando só em aspecto técnicos-funcionais, mas que sejam obras que introduzam qualidade urbanística, paisagística e ambiental nos bairros da periferia que é onde mais precisa. Esse é o terceiro ponto.

Como meu tempo está acabando, quero destacar um quarto e último ponto. Pensar essas tragédias, essas ocorrências não como eventos, mas como processos. Isso é importante, porque se a gente pensa essas ocorrências de deslizamentos de encostas e de inundações como processos, vamos ter que pensar nas causas desses problemas, pensar nas consequências e depois pensar nos desdobramentos e nos impactos.

Uma primeira implicação de encarar essas tragédias como processo tem na discussão que a gente levantou aqui, que é em relação as mortes. As mortes em uma tragédia como essa não se limitam as mortes que acontecem quando acontece a tragédia com soterramento ou afogamentos. Essas mortes acontecem no processo. Tem muita gente que fica doente por causa dessas inundações de águas totalmente poluídas. Tem muita gente que pega leptospirose. Tem muita gente que acaba sendo afetada por vetores de doenças que são produzidos por conta dessas águas que ficam estagnadas em poças durante meses. Essas mortes não se limitam aqueles que são soterrados, aqueles que se afogam nas enxurradas.

Essas mortes acontecem durante meses depois dessas ocorrências, sem falar em outros efeitos em termos de saúde mental e tudo mais.

Como meu tempo acabou, gostaria de ficar por aqui e trazer essas colocações para gente poder aperfeiçoar. A ideia é levantar essas problemáticas para que a gente possa estar contribuindo com aperfeiçoamento das ações públicas em uma cidade como São Paulo. Isso é o prioritário. É muito em recurso público utilizado nesses processos. Eles têm que beneficiar quem realmente precisa de Estado, que é a classe trabalhadora, pobre e vulnerável. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada Professor Anderson pela sua contribuição. Passo a palavra agora ao Sr. Renato Luiz Sobral Anele, Arquiteto Urbanista e Professor do Mackenzie. Agradeço a presença.

O SR. RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI – Primeiramente, agradecer a Vereadora Silvia da Bancada Feminista; agradecer a Câmara por abrir este espaço de audiência para este debate com uma plateia tão representativa como a gente encontra aqui.

Sou Professor do Mackenzie, atualmente. Fui Professor da USP por 35 anos; fui Secretário de Obras no município de São Carlos. Então eu sei a angústia que o Marcos passa sendo Secretário de Obras. Fui Secretário de obras entre 2001 /2004, que foi a primeira gestão, de três gestões petistas na cidade de São Carlos. Fizemos planos gerais, tivemos 12 anos de implantação e não resolvemos os problemas das enchentes. Atenuamos em algumas regiões, prioridades na periferia, mas não resolvemos os problemas nas áreas centrais porque o problema das enchentes veio para ficar e é decorrente da nossa urbanização. E, a sua superação e redução é de longo prazo e planejamento. Agora, por esse motivo, é muito importante a gente entender o que nós estamos planejando e desenhando hoje vai ter efeitos daqui a 10, 15 anos. Então, se a gente está planejando errado, a gente poderia ainda evitar.

Então eu coloco um quadro ali na tela decorrente dos trabalhos de pesquisa desse grupo, uma rede chamada cidades infraestruturas, mudanças climáticas e adaptação às mudanças climáticas, que é proporcionada pelo CNPq e pelo próprio Mackenzie, Fapesp e rede

internacional e os colegas de ciências básicas e climas. Eles nos alertam para essa tabelinha aqui embaixo publicada já alguns anos pela equipe coordenada pelo professor Marengo que está no Cemaden. Aponta o seguinte: em relação as médias de 1971 e 2000, temperaturas e índices de chuvas, nós já estamos com um índice de mais 43% do que era essa média entre 40 e 20 anos atrás, 43%. Vamos chegar a 2080, daqui 60 anos, a mais 81%. Isso os extremos. Vai ter também os períodos de estiagem, ou seja, vamos estar com menos 38% no mesmo ano. Menos 38% e mais 81% o que cria a questão a drenagem, a seca e a escassez hídrica. Ao mesmo tempo que a gente tem que enfrentar o calor nessa outra tabela, nós vamos chegar 6 °C até 2080. Parte disso decorrente da produção de calor urbano.

Quer dizer: O Secretário Pinheiro Pedro colocou corretamente a dinâmica internacional, do aquecimento global, mas há uma produção local. Pela impermeabilização do solo, pelo tipo de construção que a gente usa, pela falta de áreas verdes. Então é inadmissível que a gente continue fazendo obras de engenharia, que para fazer um piscinão tenha que derrubar um conjunto maciço de áreas verdes. Isso está nos nossos projetos de drenagem, infelizmente. Isso tem que ser imediatamente revisto.

Vou passar dois ou três slides para ilustrar. Por favor. Essa enchente de 2015. Aqui ao lado, na Praça das Bandeiras, Anhangabaú, nesse momento estamos vivendo a escassez hídrica na cidade de abastecimento de água potável. A gente convive com esses dois extremos porque as chuvas caem onde as águas são poluídas e a gente não pode beber água poluída.

Esse vale no começo do Século XX era assim. Foi canalizado. Fizeram avenidas. Depois fez-se um túnel. Dois túneis. O canal passa no meio deles. Isso está relacionado com o sistema viário estrutural concebido nos anos 20 ainda. Esse é o Y. Foram construídos Avenida Prestes Maia, que dá nome a essa sala.

Agora a solução desse problema se dá no pensamento da bacia inteira. Essa bacia tem que receber todos os dispositivos para atenuar essas enchentes. Nós estamos tentando introduzir nos últimos anos os cadernos drenagem. Eu me dedico a analisar os estudos do STH, fui muito amigo do Mário, recém falecido,

Presidente, e conheço Pedro Algodoal, sou colega dele.

Desse lado daqui a gente tem um sistema de drenagem de baixo impacto ou solução baseada na natureza feito no Canadá. Vejam a largura da rua. Agora veja a tentativa do caderno da Siurb STH de colocar um sistema com os mesmos princípios em uma rua nossa preferida. Não cabe.

Também no caderno de drenagem do Anhangabaú onde tem área de enchente, principalmente, no fundo, também tem ao longo da Nove de Julho, no Saracura, tenta-se colocar na área do túnel algum tipo de solução baseada na natureza e de baixo impacto. Todo receituário, ali, cabe alguma coisa.

É importante, no entanto, entender a capacidade de desempenho dessa infraestrutura com o espaço livre disponível que nós temos para a construção dessa infraestrutura. Essa solução baseada na natureza na cabeceira do túnel retêm 4.000 m³. Mas uma retenção subterrânea proposta para a Praça 14 Bis, que tem um custo muito mais elevado, ela reteria 36.000 m³. Só que nós estamos fazendo uma estação de Metrô, passando uma linha de Metrô exatamente onde seria esse piscinão. A descoordenação de projeto e a escassez de espaço público para implantação desses projetos é uma questão bastante complexa.

Os princípios de sistemas de drenagem urbana sustentável se baseiam em diagramas que são sistemas interligados por toda a bacia. Desde a cumeeira, desde cima do prédio, deve ser iniciado esse processo de dispositivo de várias escalas que vão convergindo para dispositivos maiores. Qual é o nosso dilema? A gente não pode fazer esse cálculo de utilização dos espaços privados. A gente fica limitado a estreitíssimos espaços públicos ou aquilo que nossos orçamentos permitem que sejam desapropriados para instalação.

Eu mostro aqui, então, um contraste de abordagem. Um piscinão – não é da gestão de vocês, nem da anterior, coloquei de 2007, para ver como era o começo dos piscinões aqui - um exemplo no Texas, em Austin, Estados Unidos, portanto não é nada muito absurdo, distante do ponto de vista político. Isso é uma lagoa de retenção realizada por um complexo Hospitalar, hoteleiro e habitacional que teve a obrigação de construir esses sistemas, esses dispositivos.

Então, há ali um cuidado, um rigor da Prefeitura da Cidade para a qualidade paisagística desse projeto, que se alia à questão da intervenção técnica de drenagem e paisagística que, além de deixar mais bonito, ajuda a reduzir a emissão de calor dessa nossa intervenção.

Eu faço parte também da Comissão do Conselho Municipal de Política Urbana, representando o estudo de arquitetos do Brasil, a seção de São Paulo, e a gente fez uma proposta que foi acolhida pelo grupo da sociedade civil nesse Conselho, no sentido de criar dispositivos legais no adendo ao Plano Diretor para que soluções como essas sejam obrigatórias, e não sejam simplesmente opcionais, como é a cota ambiental, que ainda é muito tímida na Lei de Zoneamento, e não está no Plano Diretor, para poder obrigar que tenha essa disposição, distribuição, nos sistemas de drenagem por toda a bacia.

Isso é no sentido de distribuir melhor essas responsabilidades pela drenagem, e não apenas ao Poder Público, mas também a quem ganha dinheiro pelos seus empreendimentos imobiliários e que poderiam, inclusive, estar agregando algum valor, além de cumprir uma responsabilidade social da propriedade, como previsto na nossa Constituição, e que deveria se estender à responsabilidade também pela drenagem ao fazer os seus empreendimentos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Professor Renato, pela sua participação, contribuição.

Agora, a Sra. Ana Paula Koury, pós-doutora e professora da Universidade São Judas, com a palavra.

A SRA. ANA PAULA KOURY – Muito obrigada, Sílvia, pelo convite. Fiquei muito contente de poder estar com vocês falando sobre um trabalho que a gente desenvolve no laboratório de extensão Itaim Paulista, na Universidade São Judas.

Quero saudar o Presidente da Mesa Rubinho Nunes, meus colegas, o Pinheiro Pedro, com quem tenho conversado bastante; o Marcos, da Siurb. Conversei bastante com o Pedro Algodal sobre a questão no Lajeado, onde eu e meus alunos estudamos. Quero saudar

os meus colegas de Mesa, com quem há muito tempo discutimos e militamos por cidades mais justas, resilientes, sustentáveis e inclusivas. Acho que o nosso papel como arquitetos e urbanistas é garantir a justiça ambiental, social e urbanística.

Vou contar um pouco da história do LAB Itaim Paulista e do trabalho que a gente tem feito. O LAB nasce em 2015, a partir de um movimento dos meus alunos da Universidade São Judas, muitos deles incluídos na universidade pelo programa Prouni e moradores de áreas periféricas, muitos em áreas de riscos, muitos em loteamentos informais e outros em áreas consolidadas e regiões ricas, porque a periferia é muito rica também em diversidade, onde há bolsões de riqueza e pobreza, há elites locais. Quando a gente vai para a periferia, a gente vê um universo de diversidade bastante instigante.

Com os meus alunos, então, nós nos tomamos a missão de estudar uma bacia, que é a bacia do ribeirão do Lajeado, que fica na zona Leste da cidade de São Paulo, no Itaim Paulista, uma região com 56% de pretos e pardos contra 8% de distritos como Vila Mariana; e tem 18 anos de expectativa de vida a menos do que o distrito de Vila Mariana, onde a expectativa é de 78 anos, enquanto no Itaim Bibi é 60 anos.

O Professor Anelli tinha desenvolvido um trabalho de corredor ambiental urbano que nos pareceu muito potente, como uma oportunidade histórica de mudar o modelo de desenvolvimento da cidade de São Paulo, porque é disso que se trata. Acho importante a gente ressaltar que toda a técnica tem um determinado compromisso político e econômico, então é importante que a gente pense como mudar, como virar a página. Então, nós fomos procurar a Subprefeitura do Itaim Paulista porque a gente achou que, próximo à população, está o Poder Público lá na ponta, que é a Subprefeitura.

Fomos muito bem acolhidos. Desde então, funcionamos dentro da Subprefeitura do Itaim Paulista, onde desenvolvemos um trabalho piloto de alteração do modelo de urbanização da cidade de São Paulo que considera a distribuição em oportunidades na bacia hidrográfica do ribeirão do Lajeado, de uma série de componentes de microdrenagem estrutural distribuídos na bacia, e não concentrados em obras de canalização e tamponamento, que a gente julga ser um

modelo bastante já superado em vários países comprometidos com a sustentabilidade.

Esse estudo foi apresentado extensivamente para a Siurb, para o Pinheiro Pedro numa sessão na São Judas, fomos muito bem acolhidos pela São Paulo Urbanismo. Também apresentamos no Seminário Internacional de Urbanismo, em seminários internacionais, enfim. O projeto está à disposição do Poder Público e ele inclui não apenas uma solução técnica, mas um modelo de governança.

Temos feito um trabalho de mobilização das comunidades que moram na bacia do ribeirão do Lajeado. Começamos com a comunidade do Torresmo, onde atualmente temos um projeto piloto de implantação de sistemas de microdrenagem estruturais e não estruturais. Estou conversando com a Ana Paula do Quilombo Periférico para que a gente possa colocar as comunidades de Guaianases, que está a montante da comunidade do Torresmo em cooperação, para que juntos possamos mudar o modelo de engenharia e governança na gestão da Cidade, que possamos trazer soluções baseadas na natureza, na sociedade, na justiça ambiental e climática e num modelo democrático de gestão.

Temos um grupo de trabalho na Secretaria de Mudanças Climáticas e estamos ansiosos para ver esse projeto sair do papel e virar uma realidade. Desde 2020, esse projeto está pronto e estamos à disposição do Poder Público para poder implementar esses estudos já bastante avançados, com cálculos hidrológicos da bacia, que fizemos em colaboração com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

Fizemos um ensaio de três modelos de urbanização: a bacia, como era em 1930. Ou seja, com apenas 10% da sua área ocupada; a bacia, em 2017, com 90% de ocupação, é o que temos hoje; e a bacia numa situação ideal de política urbana e ambiental. Nesse estudo, nós identificamos oportunidades de transformação, sugerimos ao Poder Público que coloque normas de retenção de águas pluviais nos lotes como regulação do Plano Diretor. É importante que o Plano Diretor incorpore os problemas de drenagem, que são problemas complexos.

É importante que a realocação das famílias em áreas de risco seja na localidade das intervenções, pois há vínculos comunitários que não podem ser dissolvidos, é a riqueza dessas

pessoas, que perdem tudo com a situação das chuvas e elas não podem perder, então, aquilo que as faz reconhecer como identidade comunitária, além dos bens materiais que perderam.

Então, eu rogo que sejam feitas as locações nas próprias imediações das remoções, que esses vínculos comunitários sejam respeitados e que a gente possa testar novamente na região do Lajeado como relato os antigos moradores dessa bacia que meus alunos e eu cuidamos desde 2015.

Estou à disposição.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Professora Ana. Fiquei muito ansiosa para conhecer mais de perto o projeto, tudo o que você falou, que foi maravilhoso do ponto de vista da possibilidade de concretizar, de sair do papel e tornar isso efetivo.

Quero aproveitar o momento em que todos os especialistas já falaram para dizer que teremos um momento muito importante agora, que será a revisão do Plano Diretor. Essa minuta feita pelo Executivo chega na Câmara no dia 20 de março e faremos a primeira audiência pública, provavelmente, no dia 21 de março já para começar a debater a revisão do Plano Diretor.

Então, essas contribuições em relação ao que fazer sobre a questão dos alagamentos e, principalmente, na construção da Cidade, como o Professor Renato falou de alguns projetos da obrigatoriedade daquele que constrói levar em consideração toda a questão de drenagem baseada na natureza, tudo isso entrará em debate na revisão do Plano Diretor e, segundo o Presidente da Câmara, também na questão da lei do uso do solo.

Portanto, será um momento muito importante para esse debate que estamos fazendo, que não é somente em relação aos alagamentos, mas em relação em como a Cidade é construída, é pensada. O nosso mandato prioriza nesse debate as periferias e o povo pobre trabalhador, a classe trabalhadora.

Tem a palavra o Secretário Pinheiro Pedro.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Por conta do que nós ouvimos

dos nossos especialistas, só para dar uma informação: isso me lembrou muito aquela história do Sargento que estava no banheiro da companhia e ele escreveu na porta “Quem faz mais erra mais. Quem não faz não erra. Quem não erra é promovido”. Por que eu digo isso? Porque toda ação proativa é sujeita a críticas. É um princípio físico: quem age está sujeito a ser mais criticado.

Então, todo esse cipoal de observações que foram feitas pelos nossos especialistas é muito bem-vindo, porque é isso que a gente pode utilizar para poder melhor avançar com os projetos.

Nós temos duas grandes armas hoje no Executivo: primeiro, o Caderno de Drenagem Urbana é fundamental. Eu convido todos a ler. Pode ser que não tenha sido feito de uma forma x ou y ou z, mas existe. Hoje nós temos um pleno conhecimento das bacias na cidade de São Paulo, e um conhecimento geográfico. Isso é muito importante. Segundo, nós temos um plano que está encaminhando que tem sim o apoio contínuo da Defesa Civil. Ela está atuando e ela notifica tudo. Nós temos as notificações contínuas e relatórios, e isso é absolutamente público, está visível.

As preocupações levantadas aqui também são nossas. A própria Bancada Feminista hoje participa conosco do Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental e Clima na Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas. E convido os professores que estão na Mesa a também se integrarem a esse trabalho que está sendo hoje conduzido pelo nosso coordenador, que infelizmente não pôde estar aqui porque teve um ataque cardíaco, o Celsão; mas fazemos questão que os demais se integrem.

A preocupação com referência à questão racial também é nossa. E com referência à questão periférica, também temos um grupo de trabalho todo voltado para a discussão das periferias dos novos centros com entidades civis periféricas que trabalham conosco; e o que a Professora Ana Paula Koury e o Professor Renato Anelli falaram está incluso nesse grupo de trabalho. Ou seja, tudo o que está sendo dito aqui está sendo perfeitamente recepcionado pela nossa gestão. É isso que eu queria deixar bem claro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Secretário. Tem a palavra o nobre Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Presidente Sílvia da Bancada, muito boa tarde, a todos os senhores Vereadores e as senhoras Vereadoras, aqueles que nos acompanham de maneira presencial e virtualmente, através da TV Câmara ou pelo YouTube.

Queria cumprimentar Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Sr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas Secretaria de Governo Municipal; todos os especialistas convidados para esta audiência e todos os membros presentes representantes de movimentos habitacionais. Também cumprimentar o Sr. Renato Luiz Sobral Anelli, Arquiteto Urbanista e Professor do Mackenzie; a Sra. Ana Paula Koury, Pós-doutora e professora da Universidade São Judas; Sr. Anderson Kazuo Nakano; e a Professora Luciana Rodrigues.

Realmente, é um momento muito difícil que nós estamos vivendo na cidade de São Paulo devido às enchentes, aos deslizamentos, os prejuízos, as perdas das pessoas. Eu ando muito pelas comunidades, nas periferias, se vocês entrarem nas nossas redes sociais poderão ver que eu converso bastante com as pessoas que, infelizmente, têm tido essas perdas; e a gente acaba até ficando aflito, angustiado, que a gente quer ajudar e, às vezes, não há dispositivos legais, há uma trave burocrática que impossibilita o Executivo, o Prefeito Ricardo Nunes, a cidade, de caminhar.

Tenho em mãos a notícia do *São Paulo em Tempo Real*, do dia 10 de março de 2023, que diz que: “O plano municipal com diversas ações contempla o Caderno de Drenagem em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), o Plano Preventivo de Chuvas de Verão, o mapeamento de risco geológico para remoção das famílias em áreas de risco, obras de drenagem, micro drenagem e contenção de encostas, além da construção de novos piscinões. A Prefeitura entregou 836 obras entre 2021 e 2022. Os relatórios são produzidos com a Fundação Centro Tecnológicos de Hidráulica (FCTH) da Universidade de São Paulo (USP)”.

Então, apenas lembrando que, como o Dr. Anderson Kazuo, que é inclusive pós-

doutor na USP, mencionou algumas questões que eu acredito que ele, como especialista, deve ter participado ou pelo menos consultado. Mas a USP, entidade da qual ele participa, também contribuiu, elaborou, em parceria com a Secretaria. Isso foi divulgado em 10 de março de 2023 na *São Paulo Em Tempo Real*.

Ainda com relação à Dra. Luciana Rodrigues, Professora da Federal, quando fala da Defesa Civil, nessa mesma notícia, no 6º parágrafo diz assim: “A partir de dezembro de 2021 foi instituído um grupo de trabalho para atuar no Plano Municipal de Redução de Riscos, previsto no Plano Diretor. A primeira ação foi o mapeamento pela Defesa Civil de todas as áreas de risco da cidade, atualizado permanentemente, que aponta 11.618 famílias na área de risco R4, a mais grave.” Então quem mapeou e fez esse levantamento foi a Defesa Civil.

E já que estamos falando de enchentes, na CPI de 2010, no Governo Kassab, podemos verificar que muitas coisas foram apontadas. Isso em 2010, na CPI, no Governo Kassab, e em 2013 entrou o Governo Haddad. O Governo Haddad fez 16 propostas, das quais cumpriu 50%. Diz aqui que 39% apenas foram concluídas, nos quatro anos. Nos quatro anos do Governo Kassab foram gastos, nessa questão das enchentes, 790 milhões. E nesses dois anos, 3,2 bilhões, na prevenção das enchentes.

Se formos ver, como disse o Professor Renato, que falou anteriormente, se não me engano, isso é coisa que vem há um bom tempo. Exatamente, vem desde 2010. Quer dizer, a coisa vai se agravando, vai piorando, vai dificultando, e não se esperava a quantidade de chuvas que tem acontecido. Eu vou nas comunidades, eu ando na periferia. Entra nas nossas redes sociais que você vai ver. Eu converso com as pessoas.

Inclusive levei essa preocupação para o Prefeito Ricardo Nunes e ele me disse que já tem 460 milhões de reais que vão chegar nas subprefeituras, agora dia 2 de abril, exatamente para poder fazer a zeladoria em questões emergenciais, porque muitas pessoas dizem: “olha, se vir aqui e desobstruir aquele córrego. Se vir e der uma ajeitada, não precisa fazer nada, uma obra grande, mas pelo menos é algo emergencial.” E eu conversava com ele a esse respeito e

o Prefeito me disse: “olha, já está liberado 460 milhões para as 32 subprefeituras para realizar esse tipo de trabalho.”

E nós podemos ver também que foram 14 piscinões...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, Vereador, por favor.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Um minuto, por favor. Mas não são dez minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Não, não, os Vereadores têm cinco minutos.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Ah, Vereador tem menos. Só um minutinho, vou complementar.

Foram 14 piscinões nos últimos dois anos, com previsão de entrega de mais 14 até 2024. O número de equipes de piscinões quintuplicou, em 2018 eram sete e agora são 38. Era esperado de chuva 216 milímetros e choveu 315 milímetros. São mais de três bilhões já nesse mandato.

É isso, minha amiga.

Eu converso muito com subprefeitos também e é a própria Defesa Civil que vai lá e faz o levantamento. Está sendo liberado um cartão no valor de um mil reais para as situações emergentes. E eu conversava também com o Secretário João Farias e ele disse que já está acontecendo em 24 horas. No começo estava demorando três dias, mas já está acontecendo em 24 horas, para a pessoa que teve a sua casa cheia, teve prejuízo e perdas.

É isso, Presidente. Quero me solidarizar com as pessoas que têm sido vítimas dessas chuvas, dessas enchentes e dizer que nós estamos juntos. Temos visto que o Prefeito Ricardo Nunes tem se empenhado. Se formos ver, as gestões passadas, os investimentos e o que foi feito e o que o Prefeito Ricardo Nunes está fazendo agora, eu digo, porque ando na periferia, eu vou lá, eu não fico no gabinete não.

Por isso eu quero parabenizar o Executivo, os Secretários que têm se empenhado, inclusive não existia a secretaria das questões climáticas e agora existe, naquela época não

havia. Quero parabenizar o Executivo, os Secretários, o Prefeito Ricardo Nunes e dizer que conte conosco, claro, por mais que façamos, como o secretário falou, por mais que façamos, faz, faz, faz, mas a pessoa sempre olha para aquilo que não é feito.

Já falei uma vez, mas vou falar de novo, se a senhora procurar defeitos em mim, a senhora vai achar, porque eu tenho muitos, mas se a senhora procurar virtudes, também vai achar. Se eu procurar defeitos na senhora, eu vou achar porque a senhora tem muitos, então depende da maneira pela qual nós olhamos. Claro que tem que ser feito muito mais, não está sendo feito o suficiente, para isso está aí o caderno de drenagem, todos esses projetos e propostas para serem realizados na cidade de São Paulo, para tentar claro amenizar a situação da população, da cidade, da periferia, das comunidades, das pessoas que mais sentem, mais humildes.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos. Uma boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereador.

Agora passaremos a ouvir os presentes, os que se inscreveram presencialmente e também os que estão de forma *on-line*. Se tiver mais Vereadores, vamos intercalar. O Vereador Nunes já pediu, mas eu vou intercalar agora com os inscritos.

A primeira oradora inscrita é Tamires Cruz, representando o Movimento dos Atingidos por Barragens, que inclusive fez um ato no dia 14, às 10 horas, em frente à Prefeitura. Com a palavra, Tamires.

A SRA. TAMIRES CRUZ – Primeiramente, boa tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa, agradecer a todos que estão aqui. É muito importante ter essa participação da população nesses espaços públicos.

Quero dizer que não tem como falar de meio ambiente sem falar do social e muitos menos falar do social sem falar do meio ambiente. A gente sabe que o racismo ambiental empurra a população trabalhadora, preta, pobre, parda, principalmente as mulheres e crianças para viver nessas áreas de várzea e nas áreas de encosta.

Nós, do MAB, estamos aqui numa comissão de dez mulheres atingidas de toda a região da capital de São Paulo: Perus, zona Leste, zona Oeste, zona Sul. E todas essas mulheres tiveram suas casas invadidas pelas águas. Em uma semana chegou a encher três vezes a casa de uma militante nossa.

A gente viu que tem um plano, a gente viu que tem uma coisa muito bonita, mas não é implementada, gente. Desculpa. A gente está aqui com as militantes, esse plano não chega na periferia. Então a gente vem fazer essa denúncia, dessa violação de direitos que ocorre constantemente, há anos e anos, e a nossa população não tem nenhum respaldo. Não existe uma política de direitos que ampare e que repare essas famílias, porque elas perdem tudo, é alimento, são móveis, eletrodomésticos, documentação.

Tem todo esse desgaste, sem contar a questão da saúde dessa população, seja a saúde física, a psicológica porque começa a cair uma gota de chuva e essas mulheres aqui começam a se desesperar de qualquer local que elas estejam, porque elas têm filhos, elas têm que levantar móveis, elas têm que salvar comida, porque senão ela vai passar o resto do mês sem ter nada para colocar na mesa.

Então a gente vem fazer essa denúncia. A gente fez esse ato dia 14, na Prefeitura. Fomos recebidos pela Casa Civil e o MAB propôs criar uma comissão paritária dos movimentos sociais, da população atingida, do Poder Público, das universidades, porque é inaceitável que tenha tantas decisões sobre nós, só que nós não somos incluídos nessas decisões.

Existem milhares de obras mal feitas que em vez de conter as enchentes, elas pioram. Existem parques que são construídos acima das casas, o parque não enche, mas a casa do pessoal está debaixo da água. Existem muros de contenção que foram criados de um lado que quando a água bate, ela volta para dentro da casa do povo. Tenho certeza de que isso não foi dialogado com a população, porque primeiro ninguém quer morar nessas áreas de enchentes, já começa por aí. A especulação imobiliária empurra a população trabalhadora para viver nessas áreas, porque as áreas boas são ocupadas por quem é mais abastado financeiramente.

Então a gente vem fazer essa denúncia. É necessário ter um reassentamento para essas famílias. É necessário que se tenha um cadastro socioeconômico e ambiental dessas famílias. É necessário que haja indenização sim dessas famílias e que a Prefeitura tenha responsabilidade de chamar o governo do estado para dialogar com a gente.

E é isso.

Águas para a vida...

- Manifestação do público: E não para a morte.

A SRA. TAMIRES CRUZ – Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada a todas as mulheres do MAB que vieram à audiência, representando um movimento que é nacional. É importante dizer isso. É um movimento que está aqui em São Paulo, mas que tem uma atuação nacional, inclusive em várias tragédias que aconteceram, como em Minas Gerais. Ele estava presente organizando e lutando pela população dessas regiões afetadas.

Vou intercalar uma pessoa que se inscreveu presencialmente com uma que se inscreveu pelo *chat*, virtualmente, depois eu chamo o Vereador Nunes.

O primeiro que se inscreveu virtualmente foi o João Moreirão e veio, mas foi o primeiro que se inscreveu. Todas as pessoas têm três minutos.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado, Vereadora.

Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a Vereadora por esta audiência. Quero cumprimentar o Srs. Secretários, os professores e cientistas aqui presentes.

Eu gostaria de dizer o seguinte: eu fico ouvindo as versões oficiais. Estou quase chegando à conclusão de que as oito pessoas que faleceram não foram por causa da enchente, mas para prejudicar a Prefeitura. Essa é a questão.

Os alagamentos no sistema viário da periferia também não são reportados, não é só porque não tem sistema viário. Nós temos aqui uma bancada de moradores do Córrego do Bispo, da periferia Norte da Cachoeirinha, e elas sabem: morreram crianças afogadas numa rua, onde passam cinco linhas de ônibus. Faz um tempo, não foi agora, mas em outras enchentes.

Morreram arrastadas, presas debaixo de um carro. Ela foi arrastada pela água e ficou presa debaixo do carro.

Esse é um problema, mas eu queria levantar uma questão sobre a Defesa Civil, que é uma realidade que nós temos e sobre uma questão que a Vereadora Silvia tocou com bastante ênfase. Sobre a Defesa Civil, eu gostaria de dizer o seguinte: a nossa Defesa Civil é um espetáculo, o que ela faz é ir à periferia interditar barraco e casa, mais nada. Eu proponho que a Defesa Civil use essa prática, da qual tem tanta experiência, e vá interditar os prédios de Moema... (Palmas) E diga às famílias que o problema é risco, provocou morte. Então vá lá interditar os prédios e diga às famílias: faça um cadastro na Sehab, que vai receber um auxílio aluguel de 400 reais por um ano.

Porque são dois pesos e duas medidas, deveria fazer isso. Faz isso toda hora na periferia, por que não vai fazer nos prédios de Moema, que foram licenciados para serem construídos onde não devia, inclusive em cima do córrego. Porque esse é outro problema. Licenças na cidade de São Paulo saem mais do que confete em mão de criança em festa de Carnaval, essa que é a realidade. Licencia-se qualquer coisa e depois nós vemos as consequências.

Mas eu queria entrar no problema mais grave de todos, independente do plano que o Secretário fez e que já venho ouvindo, várias vezes, sobre esse plano. Não vou entrar nem no mérito, vou considerar que é um bom plano, porque eu não sou especialista da área. Eu sei que foi um grande esforço. Eu vou considerar todos os estudos que estão sendo feitos pelo Secretário Pinheiro, mas quero dizer o seguinte: cadê esses estudos na minuta da revisão do Plano Diretor? São para quê esses estudos, se não estão na revisão do Plano Diretor? Porque se nós não mexermos nesse Plano Diretor, só vai piorar. Pode fazer quantas obras quiser, só vai piorar, e o nosso problema é esse: nós temos uma cidade que foi entregue à ganância inescrupulosa dos fundos de investimentos imobiliários e das construtoras e o resultado está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – E para concluir quero dizer o seguinte, e a minuta da revisão do Plano Diretor só vai agravar o problema. Eu a conheço, eu sou do CPMU.

Então esses maravilhosos estudos que estão sendo feitos pela Secretaria de Emergência Climática, com apoio das universidades, tinham que estar refletidos no Plano Diretor. Esse levantamento de drenagem tinha que estar refletido, porque o Plano Diretor deveria ser revisado para que esta cidade deixasse de ser um ambiente que já virou impróprio à vida social. Agora está virando impróprio para a vida humana. Essa que é a realidade, no mais é gastar dinheiro e enxugar gelo. E a periferia vai continuar sofrendo de forma cada vez mais grave. Essa é a questão.

Eu estou levantando isso, sem essa discussão de revisão do Plano Diretor e, para concluir, gostaria de dizer que eu tenho pena que o Presidente da Comissão, o Vereador Rubinho Nunes, tenha saído, porque eu quero dizer para ele que isso que estamos vivendo é a autorregulação do mercado que ele defendeu. É isso.

Obrigado. Desculpa ter excedido. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Moreirão.

A segunda inscrita presencialmente é a Natalia Chaves, da Bancada Feminista.

A SRA. NATALIA CHAVES – Bom dia a todos os presentes nesta audiência.

Eu quero dividir a minha fala em duas partes, bem rápido, porque é muito importante ouvir vocês, as falas foram alongadas, mas para a gente avançar nessa solução precisa a participação social, por isso vou tentar ser bem breve.

Primeiro eu queria lembrar que hoje é o Dia Nacional de Conscientização sobre as mudanças climáticas. (Palmas) Isso é muito importante e a Bancada Feminista, neste ano, está planejando se aprofundar na adaptação, nas ações para legislar, fiscalizar na adaptação das cidades, porque é importante a gente diminuir a emissão dos gases de efeito estufa, planejar melhor a economia para realmente emitir apenas o que for necessário, coisas que sejam necessárias para a nossa vida, nossa qualidade de vida. Mas as mudanças já chegaram e a gente precisa adaptar as cidades para que os impactos dessas grandes chuvas, esses grandes

eventos climáticos não sejam tão fatais, principalmente. O principal é manter a vida das pessoas, manter a saúde das pessoas, como o professor falou, não é só quando a pessoa já morre afogada. É também por problemas de saúde, é porque ela perdeu tudo e tem um infarto de nervoso, porque ela não sabe o que vai ser da vida dela.

Agora vou para a segunda parte da fala. O professor Renato comentou sobre a situação do Saracura, na Nove de Julho, Bela Vista. Tem aqui vários integrantes do Mobiliza Saracura Vai-Vai, que é a comunidade do Bixiga, da Bela Vista, e muitos outros da cidade de São Paulo estão organizadas para preservação do sítio arqueológico do Quilombo do Saracura, que está embaixo da Linha 6 do Metrô e sofrendo com constantes alagamentos.

A gente vê que a questão do racismo não é só porque as pessoas atualmente estão morrendo nas periferias, é também porque o legado dessa população negra que construiu esse bairro lá atrás também está sendo levado pela chuva. Primeiro porque colocaram uma obra do metrô lá em cima, onde deveria ter uma obra de drenagem.

Então a gente vê que realmente está faltando planejamento, está faltando um olhar racializado. A gente precisa, como o símbolo do nosso Movimento Saracura Vai-Vai, a Sankofa, olhar o passado para entender o presente e avançar no futuro.

Por isso é muito importante essa audiência hoje para a gente fazer isso. Agradeço a presença de todo mundo, do MAB, do pessoal da Lapa, e a gente vai seguir acompanhando.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Natalia Chaves.

Agora, a segunda inscrita no virtual, Helena Degreas, Conselheira do Cades Pinheiro. (Pausa) Não se manifestou.

Com a palavra o Vereador Nunes, por cinco minutos.

O SR. DR. NUNES PEIXEIRO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Silvia pela iniciativa, os nossos Secretários, todos da Mesa, os que nos assistem através da TV Câmara, todos os presentes.

Falando de periferia, eu falo com uma certa propriedade porque eu venho da

comunidade de Heliópolis, com muito orgulho. Peixeiro, vendia peixes nas ruas e hoje cheguei ao maior parlamento da América Latina, em se tratando de município. Mas eu não posso deixar de passar para vocês informações, que de Heliópolis eu chefe de gabinete na Cidade Tiradentes, então de um extremo a outro, então conheço bastante as periferias dessa Cidade.

E quando chefe de gabinete na Prefeitura Cidade Tiradentes, agora recentemente, o Prefeito Ricardo Nunes fez uma determinação para que todas as subprefeituras, em parceria com a Defesa Civil, fizessem um levantamento em relação às áreas de risco. Isso foi feito, eu acompanhei cada passo dessa pesquisa, porque na condição de chefe de gabinete eu estava lado a lado com as pessoas.

Em função disso e outros estudos, foi feito um investimento no ano passado de 1,7 bilhão, no que tange à questão de contenção e drenagens. Para esse ano está sendo disponibilizado mais 1,5 bilhão. Desde 2021, 145 obras foram entregues e 216 estão para ser executadas no combate às enchentes e nas drenagens.

Falando também, ainda, em pessoas que moram em situação de risco, principalmente, nós sabemos que as pessoas que mais se encontram em situação de risco são as pessoas que moram em beira de córregos. Acho que uma grande parte aqui é da periferia e sabe muito bem do que eu estou falando. Aí eu não poderia deixar de citar também um pouco aqui sobre a questão da moradia.

Nesses últimos dois anos, na gestão Ricardo Nunes, já foram entregues quase seis mil unidades habitacionais. E ele soltou um edital para aquisição de mais 45 mil unidades habitacionais para atender especialmente essas pessoas que moram em áreas de risco, em situação de dificuldades, então isso deve ser levado em consideração.

Hoje nós temos acho que aproximadamente mais de 22 mil famílias no Bolsa Aluguel, e essas serão as prioridades. Então o Prefeito vai priorizar as pessoas que estão no Bolsa Aluguel e, conseqüentemente, atender a lista, mas o foco sempre é para as famílias que moram em situação de risco.

Então são algumas informações que eu não poderia deixar de estar passando para

vocês. Coloco meu mandato à disposição, da periferia para a periferia, com muito orgulho. Estamos à disposição, contem com o nosso mandato.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada, Vereador Nunes.

A Sra. Helena abriu mão, disse que já foi contemplada, então eu vou chamar agora a terceira pessoa inscrita no presencial, que é a Maiara Torres, Gabinete da Cidade, ativista política e moradora da Cidade Ademar. Três minutos.

A SRA. MAIARA TORRES – Boa tarde a todos. É uma alegria estar aqui discutindo um tema tão importante. Cumprimento todos os presentes da Mesa na pessoa da Vereadora Silvia. Muito obrigada por promover esse debate. O Secretário Pinheiro Pedro já esteve em contato com a gente, já foi muito gentil em nos receber.

Eu começo falando de uma grande dificuldade. Já fui apresentada ali, sou advogada, sou moradora da favela da Borracha lá na Pedreira, no Distrito de Pedreira, e começo aqui falando de uma dificuldade porque, como ativista, eu valorizo muito a política baseada em evidência, valorizo muito os dados, os estudos. E percebo que a Prefeitura de São Paulo está cheia de estudos, cheia de dados, cheia de métodos para fundamentar suas ações.

Só que eu também acho que é necessária uma leitura comunitária, que falta. É necessário colocar o pé no barro e ir até a comunidade ver se aquilo que está no papel está sendo aplicado na periferia. (Palmas) Então eu acho que falta muito isso e eu sinto uma grande dificuldade de ver isso que vocês apresentaram aqui como plano, como ação, como obra entregue, causando efeito na periferia.

Outra coisa que eu gostaria de dizer que é importante e esse debate trouxe um pouco essa sensibilidade para a gente, é que é importante diferenciar aquilo que é evento natural inevitável, que a gente tem que lidar, e falta de vontade política. É muito importante diferenciar isso. E aí eu não compreendo a lógica e aí endosso tudo que a professora Luciana disse, eu não entendo a lógica de colocar lá no final da fila áreas de risco que precisem de realocação. Para mim isso não faz o menor sentido.

E aí, para finalizar minha fala, gostaria de pontuar três coisas. É muito importante que a gente passe a priorizar as pautas de meio ambiente e clima, porque elas têm sido tratadas como pautas secundárias há muito tempo. É muito importante que a gente fale disso com as pessoas. É muito importante que a gente tenha periféricos discutindo meio ambiente e clima, e não só acadêmicos, e não só gente branca que vive lá no Centro. Então é muito importante a gente trazer o debate para a periferia.

Outra coisa: os governos locais precisam agir. Foi falado aqui, o Vereador acabou de dizer que foi feito um monte de coisas junto com a subprefeitura. A subprefeitura da minha região não executa nada. Quando tudo alaga, quando tem enchente nas casas, quando as famílias perdem tudo, cadê a Defesa Civil, cadê o governo local, cadê o subprefeito? Eu sei que o Vereador Rodrigo Nunes está aqui, peço auxílio dele. Eu tenho tentado falar com o subprefeito da nossa região e não tenho conseguido. Então é muito importante que os governos locais estejam fortalecidos e façam um trabalho de verdade na periferia.

Por último, para finalizar, quero tocar no Plano Municipal de Redução de Riscos que foi falado. Muito obrigada, Secretário, porque você trouxe aqui dados sobre o Plano Municipal de Redução de Riscos. Nós temos travado, como Gabinete da Cidade, como PSB, junto com o mandato da Deputada Federal Tabata Amaral, uma luta grande com relação a essa questão da área de risco. E a gente tem tentado ter informações por parte da Prefeitura e a gente não está tendo. Então é muito importante que o senhor tenha trazido informações aqui. E é muito importante que esse Plano seja construído, um plano que está atrasado há nove anos, seja construído em parceria com a sociedade civil, em parceria com as universidades.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. MAIARA TORRES – Para concluir, é muito importante que esse plano seja participativo, então peço mais uma vez, para finalizar, Secretário, que vocês nos recebam porque a gente tem muito a dizer e a gente quer colaborar, a gente não quer brigar, porque é do nosso interesse que a Cidade funcione melhor.

Então é isso. Queria agradecer, muito obrigada. Estamos super à disposição para

colaborar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Maiara.

Agora vou chamar a Gleice Maria de Vasconcelos, que é voluntária do Cades Santo Amaro.

A SRA. GLEICE MARIA DE VASCONCELOS – Bom dia ou boa tarde a todos. Meus cumprimentos aos integrantes da Mesa. Eu me sinto até um pouco constrangida diante de tantas falas importantes que me precederam.

Então, gente, foi mostrada aí a situação de outros países e não pode se dizer que não foram avisados. Os acordos do clima, quem que cumpriu as metas? Quem? Brasil também não. Então não podemos dizer, São Paulo não pode dizer que não foi avisado. Os ambientalistas têm falado isso constantemente. Então nós precisamos, antes de tudo, das obras, ouvir os ambientalistas. Tudo isso era previsto e nós temos que ter cuidado porque as coisas vão piorar.

Então as práticas que nós temos visto aí são práticas antigas, de piscinões, de canalização de córregos. Nós sabemos que na construção de piscinão uma área importante de vegetação é subtraída e a vegetação é importante para o equilíbrio do clima, para a diminuição do calor, para absorção da água. Então eu acho, gente, com mil desculpas até pelo que o Dr. Marcos Monteiro apresentou, eu acho que a Prefeitura faz de um lado, mas anda na contramão de outro lado. Inclusive também eu ouvi dizer que em processos que correm na Justiça a Prefeitura só tem reconhecido córregos e rios que estão no GeoSampa e os outros são desconsiderados.

As podas de árvores, nós sabemos que uma árvore capta 70% das águas da chuva. Ela capta isso depois fica gotejando, então essa água vem com mais parcimônia para o solo. As raízes também e os troncos das árvores. Então nós temos uma poda de árvore excessiva na nossa cidade, devastando as nossas árvores, diminuindo esses benefícios que equilibram o clima da Cidade. E eu queria deixar aqui meu protesto contra essa política ambiental da Cidade.

E também, inclusive, elas reduzem as ilhas de calor, tanto pela sobra como pela própria estrutura da árvore, que tem células chamadas estômatos que captam a energia solar,

diminuindo o calor ambiente. Então nós precisamos valorizar as nossas áreas verdes.

E também, gente, nós precisamos preparar a nossa população para isso aí, então acho que a área de comunicação da Prefeitura precisa colocar nas redes alternativas, nas mídias oficiais, preparando a população para isso, porque não é possível que se diga que a Prefeitura alerta todo mundo. Se a população fosse alertada, ela não perderia tanto.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. GLEICE MARIA DE VASCONCELOS – É isso que eu queria deixar. Tem que orientar a população, a população precisa saber o que está acontecendo, ver o que pode ser feito na hora dessas emergências. E as mortes ocorrem, só não ocorrem mais, Secretário, porque a população se ajuda. É o vizinho que vai lá socorrer o outro vizinho, vai salvar, vai tirar debaixo dos escombros, até expondo a própria vida. Então é a população que é a grande heroína nesses nossos desastres climáticos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Gleice.

Chamo agora a Cremildes de Jesus da Silva, da Associação Futuro Melhor.

A SRA. CREMILDES DE JESUS DA SILVA – Bom dia a todos. Eu sou conhecida como Dona Nena, sou lá do Futuro Melhor, minhas colegas nem sabiam meu nome. Gente, eu também sou do Conselho Participativo da Casa Verde, Cachoeirinha, Limão.

Eu vim aqui falar o seguinte, gente: aqui falou, na Mesa, muito sobre termos técnicos. Isso aí é muito importante, mas nós, moradores que sofremos, nós queremos saber o que vai ser feito, como é que vai ser dado. Os planos são feitos e aí eu vou lá um pouquinho mais na frente.

Lá nós temos uma rua que chama Cachoeira dos Antunes. Em 2020 foi feito um projeto para fazer um plano de contenção das águas, porque as águas, quando chove muito enche o Cabuçu, as águas retornam pelo esgoto para as casas das pessoas. Isso foi feito para começar em 2020 e concluir em 2022. Ainda não saiu do papel. Então muitos planos são feitos que não saem do papel. Aí o Vereador falou que o Prefeito falou que vai fazer 45 mil moradias para as pessoas que moram, para retirar o pessoal que está no auxílio aluguel. O Prefeito

passado fez 72 moradias, 72 mil mordias e não saiu nem um terço disso. Então a gente só sonha que isso vai sair do papel.

A professora Luciana falou o seguinte, ela queria saber onde está a Defesa Civil. A Defesa Civil, lá para o Prefeito, está lá para fazer o levantamento dos locais onde pode ter alagamento. A Defesa Civil na comunidade, a Defesa Civil na periferia está lá para dar um auto de interdição que, para quem conhece, significa dizer: “Você está por sua conta. Se daqui a cinco dias você não sair daqui e você morrer, o problema é seu, se lasque, você e sua família”. É só para isso que a Defesa Civil está lá. (Palmas)

Está bom, gente? Desculpa, eu tenho mais uma coisinha para falar.

Eu só queria que vocês, que fazem planos, olhassem realmente para a comunidade. Quando eu falo lá da Cachoeira dos Antunes, aí aqui nesse planejamento, aqui no *ranking* e aqui no... eu não sei falar isso, mas é no 55, está lá o reservatório de água preta Cabuçu, que é onde justamente está essa rua que eu acabei de falar, Cachoeira dos Antunes. Mas não era para ela estar aqui. Isso aqui era para ela já ter sido feito, porque era para ser concluído no ano passado, não era para estar aqui para ser feito, era para ter sido feito já, porque isso foi falado lá em 2019. Começaram em 2019, 2020 disse que ia fazer, e estamos lá esperando até hoje, gente.

Eu sou moradora do Córrego do Bispo, onde o Prefeito Kassab, que foi falado aqui, lá na gestão Kassab foi colocado lá: “Parque Linear do Córrego do Bispo, 2008”. Parque Linear do Córrego do Bispo até hoje não foi feito. O que foi feito foi remoção de famílias, que foram reocupados e depois reocupou de novo, depois reocupou de novo, em 2018 tiraram de novo por conta de risco, porque as pessoas estavam na encosta.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. CREMILDES DE JESUS DA SILVA – Eu vou concluir. As pessoas estavam na encosta desse lado da mata, as pessoas da periferia, pessoas que não têm dinheiro. Do outro lado da mata está um projeto habitacional com casas de padrão médio porte, onde mora inclusive o antigo Subprefeito da Casa Verde-Cachoeirinha, casas com piscina. Quer dizer, a periferia que está desse lado do morro está em área de risco 4. Mas o rico que mora aqui do outro lado do

morro, que é íngreme do mesmo jeito, que está chegando lá no Rodoanel, eles não estão, porque eles têm dinheiro. (Palmas) Onde está o risco 4? Gente, não existe risco 4. Existe risco 3 e 4 para quem não tem dinheiro para pagar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Cremildes.

Agora vou chamar a Sra. Jane Oliveira. Está presente *on-line*? (Pausa) A Sra. Fernanda Cabral está presente *on-line*? (Pausa) Então vou chamar agora o próximo inscrito no presencial, que é Isabela Alves Ventura, que é do Movimento Juventude Travessia.

A SRA. ISABELA ALVES VENTURA – Bom dia. Meu nome é Isabela, eu sou do Instituto Federal de São Paulo, estou no último ano de Arquitetura e Urbanismo, e gente está com um problema muito grave na rua do Instituto, nos arredores inteiros do Instituto, de não conseguir acessar o Instituto várias vezes nas últimas semanas, por conta de enchente.

A água chegou a 50cm, 60cm de altura, sendo que no *site* da Defesa Civil está que com 15cm você já pode ser derrubado pela água e com 30cm pode levantar um carro. E os alunos não são avisados disso, chegam até lá todos os dias e muitos acabam tendo uma pressão de estar ilhados e vão atravessar, ou acabam não indo para a aula, porque para que arriscar a vida para estudar?

Pois é, para que arriscar a vida para estudar? Eu não consigo entender isso, assim. Por que não tem uma comunicação do Instituto com os alunos, com os estudantes? E também alternativas e um plano consistente para que a gente saia dessa situação, porque eu estou lá já há algum tempo e todo ano só piora. E a gente, como Movimento Juventude, entende que as piores catástrofes ambientais a gente ainda dá para ver e quem vão pegar são principalmente as gerações mais novas.

Ou seja, a gente está fazendo obras que estão conectadas com um pensamento de que tecnologia é concreto e aço, sendo que tecnologia pode ser muito bem ser natureza. Existem soluções baseadas na natureza supertecnológicas e afinadas que não estão sendo consideradas como deveriam. Inclusive naquela rua totalmente de pedra que fica na várzea do Tietê e na várzea do Tamandateí, que é a rua da minha faculdade.

Como que isso acontece ainda hoje, sendo que tem área espacial para que sejam feitas reformas, com soluções baseadas na natureza, que respeitem de fato a tecnologia da própria natureza e acomodem essa água, que só vai piorar a cada ano devido às emergências climáticas, devido ao sistema predatório que a gente vive em relação ao meio ambiente. Predatório e que não entende que as águas não respeitam planejamento e sistema administrativo.

A gente tem que trazer isso para o Plano Diretor, e um Plano Diretor que esteja alinhado com os outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo, porque a bacia não respeita, “ah, agora acabou a cidade, agora é outra cidade”. Então aqui a gente tem um planejamento urbano que acolhe essa água, “ah, não, na prefeitura de lá a gente não vai, eles que se virem”.

A água corre, a gente não tem como impedir a água de correr, então a gente tem que entender como ela funciona e fazer mudanças realmente efetivas, mudanças que realmente entendam a cidade de outra forma. Porque do jeito que está fazendo há centenas de anos, claramente não está funcionando.

Por que a Anhaia Mello só piora? A Anhaia Mello só piora. Gente, não dá. Realmente a água chega num nível que a Estação de Vila Prudente é superalta para não entrar água. Só está piorando a cada ano e está quase entrando a água. Eu, mesma, vindo pela Vila Prudente, até chegar ao Instituto Federal, acompanho, em todo o meu caminho, um alagamento e um risco à minha vida e à vida de vários estudantes que vêm de muito mais longe, de muito mais periferia, e que têm cada vez mais impedimentos para acessar os estudos. Isso afeta essencialmente a permanência desses estudantes na faculdade. Só vai haver permanência na faculdade dos estudantes que têm um carro “quatro por quatro”, que podem acessar a universidade nos dias de alagamento.

É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada. Quero chamar, agora, o Sr. Mauricio Ramos, que é da Comissão de Segurança Hídrica. Está *on-line*?

O SR. MAURICIO RAMOS – Oi, Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Estou aqui, presencialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ah, veio ao presencial. As pessoas se inscreveram de forma *on-line*, mas fizeram questão de vir aqui, presencialmente. Está bem, Sr. Mauricio.

O SR. MAURICIO RAMOS – É importante, depois da pandemia, estarmos aqui, presencialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sim, com certeza. Está bom, Sr. Mauricio. Tem três minutos.

O SR. MAURICIO RAMOS – Agradeço a presença de todos. É um debate importantíssimo. Contemplam-me muito as falas da Prof. Luciana, do Prof. Nakano e do Renato.

Eu sou, também, da Comissão de Política Urbana, como o João e o Renato. Represento a Macrorregião Oeste e sou um defensor das soluções baseadas na natureza. Eu sou um ativista das águas. Desde 2015, tenho trabalhado em prol das águas urbanas.

Infelizmente, neste momento, estamos discutindo a morte de algumas pessoas, mas também temos de aproveitar este momento para poder olhar para o futuro e saber o que é que vamos fazer com as nossas águas urbanas, que jogamos fora. Já tivemos uma crise hídrica terrível em 2014 e ninguém aprendeu com isso. Ainda continuamos tratando a água como um fator de incomodidade. É um fator de incomodidade porque morreram oito pessoas na semana passada, por um crescimento urbano desordenado, feito de qualquer maneira, atendendo a interesses que não são os da população – desculpem falar isso.

Para aquela população mais vulnerável, que tem sido atingida por essas águas das chuvas, eu vou dizer uma coisa: o que aconteceu nos últimos anos foi que impermeabilizamos o solo urbano e aumentamos a velocidade das águas. Então, para vocês, que foram empurrados para morar na periferia, a água vai chegar com muito mais velocidade. Não tiramos a velocidade das águas, infelizmente.

Eu participei, também, da elaboração da lei das nascentes urbanas. Nós a levamos

até o Secretário Pinheiro Pedro, que nos acolheu, ali, muito gentilmente. Também é um que defende esse projeto de lei do Vereador Professor Toninho Vespoli, que é importantíssimo. Estou aqui a convite da Natália, que é da Bancada Feminista. Obrigado, Natália, por me chamar.

Não vou me estender demais, porque é um assunto muito grave, mas há ações simples, soluções baseadas na natureza, que podemos adotar na cidade de São Paulo. Nós tivemos o Decreto 58.611, artigo 13. Por anos, eu briguei muito para que as calçadas fossem permeáveis. Impermeabilizamos 1,6 milhão de metros quadrados nessas calçadas. Quando alguém resolveu, ali, reverter esse processo, já estava feito. Já estava tudo impermeabilizado. Então, perdemos uma chance gigante. É importante que as Secretarias se falem, para que isso não aconteça mais, para que não gastemos mais recurso impermeabilizando a cidade ou fazendo caixote de concreto, o que, como o Prof. Renato falou, é uma solução antiga, do século passado, que carrega todo tipo de poluição difusa, animal morto, lixo, e serve de abrigo para toda sorte de roedores e insetos. É utilizado uma vez por ano e custa uma fortuna. Se adotarmos, hoje, soluções baseadas na natureza, de microdrenagem, evitaremos esse custo.

Eu também me solidarizo com toda essa população que infelizmente foi empurrada para as áreas de risco. Estamos na contramão, dando licenciamento, como disse o Moreirão, para cada vez impermeabilizar mais a cidade. Temos de mudar a nossa mentalidade. Que as soluções baseadas na natureza sejam implementadas pelas Secretarias, por todos os níveis de Governo.

Que isso fique na cabeça de todos nós, porque água é vida. Água não é incomodidade. Precisamos dela para viver. Se ficar três dias sem tomar água, você morre. Se também ficar em uma enchente, você morre. Então, precisamos achar o contraponto, para equilibrar. A palavra é “equilíbrio”. Que a nossa Secretaria, do Prof. Pinheiro Pedro, possa acolher todas essas demandas e que o engenheiro Marcos Monteiro também nos atenda quando tivermos essas propostas de soluções baseadas na natureza.

Muito obrigado. Agradeço a todos e boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Mauricio.

Quero chamar, agora, o Sr. Julio Cezar de Andrade, que é morador de Lajeado, Guaianases, e também Covereador do Quilombo Periférico.

O SR. JULIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas, a todos e a todes. Em primeiro lugar, saúdo a Mesa. Saúdo todas e todos os presentes. Nós temos algumas questões que são importantes.

Primeiramente, sou morador, pesquisador, mestre em serviço social, assistente social de formação. Há uns 12 anos eu atuo no território e moro no Lajeado há mais de 30 anos. Há mais de 30 anos o Lajeado sofre com problemas de enchente. Há mais de 30 anos o Lajeado tem constantes violações, de ausência de zeladoria. Não é só o Lajeado. É toda a periferia da cidade de São Paulo. Podemos citar locais específicos, em que há um abandono efetivo do estado nos últimos 30 anos.

Então, para além da questão concreta do racismo estrutural, do racismo ambiental, da ineficiência do estado em investir de maneira adequada na política de prevenção à enchente nos territórios periféricos, há uma escolha política sobre em quais territórios é feita a zeladoria de prevenção. Nas nossas periferias, não dá para fazer a zeladoria de prevenção, por exemplo, no mês de dezembro de 2022 e nem em janeiro de 2023. A prevenção tem de ser ao longo do ano e essa prevenção não ocorreu e não existiu. Não somos nós que estamos falando. É a população que vem falando.

É importante falar, por exemplo, do Jardim Pantanal, da Rua Tietê, que está há dois meses com mais de um metro de água de esgoto a céu aberto, com mais de cem ou 200 casas. Essa é uma demanda popular e, sim, é uma manifestação concreta do racismo estrutural e do racismo ambiental. Não há como pensar a política pública sem envolver os seus verdadeiros agentes. Essas famílias precisam ser escutadas. Essas famílias precisam estar no processo de construção, participação e mobilização popular para um plano efetivo de combate à enchente na cidade de São Paulo e nas periferias da cidade de São Paulo. Não existe política pública sem financiamento, sem monitoramento e sem participação popular. Combater as enchentes é combater o racismo estrutural e o racismo ambiental.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Julio. Das pessoas que estão inscritas *on-line*, há mais alguém que está presente no virtual? Sra. Marcia Crespo? (Pausa) Sr. Rafael Sampaio? Também veio? É arquiteto? Tem três minutos.

O SR. RAFAEL SAMPAIO MARTINS – Tudo bom, gente? Meu nome é Rafael. Sou arquiteto e urbanista. Fazemos parte do Coletivo IVA e estamos no movimento de resiliência ecossocial da Praça São Crispim, porque realmente achamos absurdo remover uma praça, arrancar todas as árvores, fazer um caixote para 22 milhões de água suja, para fazer a gestão de água suja. A população está o tempo todo falando sobre fazer a gestão de água limpa.

Ficamos fazendo evento na Câmara Municipal. Este é o segundo do qual participamos. Fazemos evento no Cades. Fazemos evento em um monte de lugar e parece que não somos escutados. Então, acho que sempre se chega mais ou menos a essa mesma questão. A gestão urbana participativa tem de ser mais efetiva.

Estamos até querendo propor fazer um *crowdfunding*, para ser concorrente à Prefeitura, já que a Prefeitura não tem condição de fazer os projetos em soluções baseadas na natureza em escala da microbacia hidrográfica. Então, estamos pensando em fazer a competição técnica, para ver se nós os acordamos nesse sentido, para ver se conseguimos ter uma hemorragia de mentalidade, mesmo, para que as pessoas mudem esse conceito de infraestrutura cinza, que a cidade não aguenta mais. Nesse aspecto, quero anunciar, também, que vamos tentar concorrer, a partir de agora.

Está bom? É isso aí, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Rafael. Agora, vou chamar a Sra. Debora Machado, que é do Cades Ipiranga, Conselho do Meio Ambiente do Ipiranga.

A SRA. DEBORA DOS SANTOS CANDIDO MACHADO – Bom dia à Mesa. Cumprimento a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Cumprimento os professores Renato Anelli e Ana Paula, com quem tive contato na vida acadêmica.

Quero falar da nossa experiência, do Cades Ipiranga, uma experiência positiva. Nós trabalhamos com jardins de chuva. Quero trazer isso como uma proposta de política pública. O jardim de chuva é um trecho da cidade mais baixo, onde a água de chuva, que seria a água dos telhados e também das calçadas, é conduzida para esse terreno, de forma que ali haja um solo permeável e condição de essa água não ir para um córrego, fazendo com que a chuva penetre no solo no mesmo lugar em que ela cai. Então, a nossa experiência com os jardins de chuva no Ipiranga tem funcionado.

Porém, é uma política muito pequena a que conseguimos fazer dentro do Cades. Então, acho importante trazer isso para a discussão, de forma que se incorpore aos planejamentos, para que possamos fazer essas ações com as comunidades. Que isso seja uma política distribuída para o Município e não se concentre apenas lá, como uma proposta do nosso Cades, que leva isso como um assunto pertinente. Trago esta questão e convido todo mundo a conhecer mais esse assunto, para que consigamos incorporá-lo nos Cades e nas mobilizações de meio ambiente.

Outra coisa que eu quero trazer é um caso específico, como exemplo. É uma obra em um equipamento da Prefeitura, que é o Descomplica Ipiranga. É um equipamento que foi construído em um terreno que era da Guarda Civil Metropolitana – e ela vai voltar. Vai ser um equipamento onde vão funcionar as duas coisas, mas ali, naquela área, há uma área de garagem muito grande, que é descoberta. Há uma proposta da própria Prefeitura de concretar mais de 300 metros quadrados, com 20 centímetros de concreto.

Então, esse tipo de solução que vem da própria Prefeitura, na verdade, é um grande desserviço. É uma oportunidade que a Prefeitura perde de fazer um solo drenante ali e de ser um exemplo didático, para a comunidade aprender com isso. Gostaria de conversar com o engenheiro Marcos, se pudermos ter a oportunidade, por meio do Cades, para que esse tipo de obra não aconteça. Uma garagem de viaturas da GCM pode tranquilamente estar em cima de um solo drenante. Não precisamos pavimentar 20 centímetros de concreto.

Então, deixo aqui este apelo, para pensarmos os jardins de chuva, para que saiam

para além dos limites do Cades, e os equipamentos da Prefeitura, para que sejam também soluções baseadas na natureza, como bem disseram outros arquitetos, aqui.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Debora. Sra. Silmara Soares Barbosa está presente *on-line*? (Pausa) Sra. Laurita Ricardo de Salles? (Pausa) Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva? (Pausa) Sra. Silvana Rafael Alves Pereira? (Pausa) Então, eu vou chamar a nossa última inscrita, que é a Sra. Mariana Soares, do Coletivo IVA.

A SRA. MARIANA CORREIA SOARES – Oi, pessoal. Boa tarde a todos. Quero agradecer pela iniciativa. Cumprimento todos os presentes, os professores da Mesa, com falas tão relevantes para a nossa cidade.

Vou encerrar fazendo uma fala retórica, até, mas é esse chamado para que de fato tenhamos uma atuação em que na prática consigamos mudar um pouco os rumos da relação do nosso urbano com o sítio natural que ocupamos. Vimos acompanhando, desde a virada do século, os planos de macrodrenagem, o próprio Plano Diretor ou o Atlas Ambiental apontando as enchentes como o problema menos equacionado do Município. Temos técnicos, cientistas, acadêmicos e mesmo políticos construindo uma teoria muito bem embasada, nessa mudança de paradigma de atuação das infraestruturas cinzas para as infraestruturas verdes, e seguimos engatinhando na prática, assim como na questão da participação popular.

Então, não podemos mais ser coniventes com uma legislação que considera que um córrego que é canalizado deixa de cumprir suas funções ambientais e assim pode deixar de atender completamente a toda a legislação ambiental, a toda a proteção das suas APPs ou a se pensarem áreas verdes lineares nos fundos de vale, enfim, ações que implicam qualidade de vida para as pessoas que vivem na cidade, como pensar em pulverizar as infraestruturas verdes, as células de biorretenção, em detrimento dos grandes piscinões.

Como já foi dito aqui, a ideia de destruir uma área verde pública para fazer um piscinão, privatizando a sua laje, é completamente absurda. Vemos São Paulo caminhando na

contramão do que se vê no planeta, que está correndo atrás de renaturalizar os córregos, de aumentar as suas áreas verdes. Seguimos, aqui, engatinhando. Assim, é, mesmo, um chamado para que de fato sejamos convidados a participar, como população, para que não sejamos mais atropelados com grandes ações que só atendem aos interesses de poucos, e não da população, das pessoas. A humanidade está caminhando para uma dicotomização que nos fada à extinção. A vida no planeta não vai acabar, mas nós, enquanto operarmos dessa forma...

Como já foi dito aqui, acabamos de conseguir mudar uma legislação das calçadas, que não previa permeabilidade em uma calçada. O professor falou da questão das áreas privadas, mas, nas áreas públicas, também, se pensamos as calçadas como uma grande rede de permeabilidade, existem pequenas soluções – volto a falar das baseadas na natureza – em que conseguimos transformar muito essa relação urbana com o sítio natural que ocupamos. Da maneira que está, só vai agravando os problemas cada vez mais.

— Não quero fazer críticas diretas, mas, se deixarmos um projeto de uma célula de biorretenção, os jardins de chuva, por exemplo, nas mãos da Siurb, eles vão impermeabilizar o fundo, porque o *modus operandi* é esse. Assim, temos de conseguir, de fato, mudar esse paradigma. É esse o chamado que eu quero fazer. É superimportante. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada. Vamos passar, agora, para as considerações finais dos nossos convidados e dos Secretários, mas, antes disso, até para que eles possam saber e também responder, o Secretário Marcos havia me pedido a questão das mortes.

No início desta audiência, eu dediquei a audiência para o pequeno Adrian, de 10 anos, que morreu. Foi arrastado por uma correnteza, lá, no córrego, na região de Guaianases. Então, ele é uma das pessoas, uma criança de 10 anos que morreu por conta dos alagamentos. No caso, foi uma correnteza que o levou, inclusive, em um córrego que não estava com proteção.

Além disso, houve a Cristiane Carvalho, de 40 anos. Ela morreu no dia 1º de fevereiro, no bairro de Itaberaba II. Ela foi vítima de um deslizamento de terra, também consequência das chuvas. Nós tivemos um motociclista que morreu em Cidade Líder. Nós

tivemos uma mulher que morreu na Ponte Estaiadinha. Nós tivemos, no dia 13, o corpo de uma mulher, que foi encontrado no Rio Tietê, depois de três horas de chuva, e tivemos a idosa em Moema, de 88 anos.

Quero fazer um comentário. Na imprensa, na mídia, na televisão, na Rede Globo, só saiu, só foi noticiada a senhora idosa de Moema. Por quê? Porque a mídia também deu uma repercussão maior para este caso, que se tratava de uma senhora de um bairro nobre. Aliás, o Prefeito foi a Moema. Também foi noticiado isso, que lá há a irregularidade de um condomínio, que fez uma construção totalmente irregular – e isso causou a morte dessa mulher, o que nós lamentamos muito. É óbvio que nos solidarizamos com a família, mas o que eu queria dizer é que as mortes e o sofrimento da população da periferia não são noticiados. Isso também é parte do racismo ambiental. Muitas vezes, a gente tem que procurar as notícias que estão em outros meios de comunicação, para saber quem é que está morrendo. Então, é uma questão que eu quero deixar também para os secretários e para os especialistas comentarem.

Por último, há algumas questões. Tanto o Secretário Pinheiro Pedro falou do plano de remoções de R-4, quanto o Secretário Marcos Monteiro também falou de cem projetos que têm a ver com as áreas de risco, a concretização do plano de redução de riscos, que também tem a ver com a R-4.

O que eu gostaria de saber? Primeiro, nós podemos ter acesso exatamente onde estão essas áreas, onde são essas áreas e como vão ser essas remoções? Nós queremos acompanhar isso, porque uma das questões que deu para perceber aqui é que a população não se sente participante desses planos. Essa falta de democracia... Assim, a percepção de quem está na gestão é uma, mas a percepção de quem está na lá, na ponta, sofrendo os problemas e não tendo acesso às informações, é outra.

Então, como é que a gente pode fazer? Estão existindo esses núcleos comunitários com a Defesa Civil aqui na nossa cidade? Como é possível a gente cobrar isso de uma forma mais efetiva? Nós gostaríamos que hoje estivesse aqui a Defesa Civil, a Sehab e a Secretaria do Verde, porque há várias questões que nem mesmo essas duas secretarias conseguem

responder, porque o problema é tão complexo que realmente é intersecretarial; mas a gente está querendo avançar, no sentido de maior participação popular na feitura desses planos. Como que a população que é atingida pode participar efetivamente de forma mais democrática mesmo? Eu senti, nas salas, uma falta de participação.

Então, deixo essas questões aí para os nossos convidados responderem.

Tem a palavra o Sr. Secretário Antonio Fernando Pinheiro Pedro.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Vereadora Silvia, muito obrigado pela oportunidade. Queria agradecer aos nossos técnicos e professores, que também participaram, toda a população local e todos os que se manifestaram. As manifestações são todas muito pertinentes, muito pertinentes.

Agora, temos que lembrar que estamos na chamada terceira onda de direitos da Era Moderna. Nós, com muito sangue, conquistamos os direitos individuais. Depois, com muito sangue, nós conseguimos obter os direitos coletivos e agora nós estamos também, com muito sangue, constatando os interesses dos direitos difusos. Direitos e interesses difusos têm uma característica: eles são intrinsecamente conflituosos. A tutela sobre conflitos é complicada, porque não há solução para conflitos intrinsecamente conflituosos.

O segredo da gestão está na justificativa para o ato que põe ou tenta pôr fim a uma indefinição. Daí a importância das três grandes demandas: autonomia, participação e qualidade. Isso é muito importante para que possa entender o cerne de toda essa discussão que estamos tendo hoje com referência à participação das questões identitárias, à questão relacionada às discriminações sociais, aos interesses de minorias e à proteção de um bem comum de todos, que é o equilíbrio ambiental e, acima disso tudo, o nosso enfrentamento a algo que está fora das nossas condições, que é todo ciclo climático que sofre o planeta.

Então, é uma luta pela sobrevivência de todos, e nós precisamos então compreender esses conflitos. Agora, dentro disso, o que podemos fazer? Deixo aqui a minha proposta, Vereadora, que é importante. Primeiro, nós falamos muito em planos de prevenção. Nós já temos alguns. Há o plano de risco, que está sendo modificado, mas eu iria mais além. Eu sugeriria à

Comissão de Urbanismo, a esse nosso parlamento, que é o maior da América Latina, que a gente avançasse, porque nós temos o nosso Comitê Consultivo da SeClima. Ele é um comitê importante. Ele é presidido pelo ex-Presidente Michel Temer; e ele tem lá todos os professores da Universidade de São Paulo, inclusive os que representam o Brasil no IPCC. Eles estão nesse comitê. Dentre eles, nós temos um grande professor, Marcelo Romero, da FAU, que está conosco, procurando desenvolver o plano de resiliência urbana da cidade. Nova Iorque tem New York *Resilient*. Nós precisamos ter São Paulo resiliente. É um plano muito maior, muito mais abrangente e que envolve essa questão da prevenção de riscos climáticos, para aumentar resiliência da cidade. Eu sugeriria que a gente começasse a discutir essa questão do ponto de vista climático.

Dois: Acho que essa é uma pauta que o Legislativo poderia ter. Eu tenho, desde quando assumi, em 21, esse desafio de implantar uma gestão climática da cidade. Eu procurei a Câmara Municipal e sempre estou no aguardo. Já falamos sobre isso de uma Bancada ou de uma Frente Parlamentar Climática, para poder fazer, traçar um diálogo efetivo com o Executivo. Para nós, isto é importante: um vetor climático dentro da revisão do Plano Diretor.

É essencial, um vetor que estabeleça, por exemplo, pluralização de obras baseadas na natureza, na área de infraestrutura. Não é o nosso queridíssimo secretário... Hoje eu estou muito orgulhoso, porque um dos secretários - eu posso falar, com toda tranquilidade - com mais respeito na secretaria, está aqui ao meu lado. É um professor dedicado, um homem sério, a quem eu aprendi a respeitar e com quem eu aprendo muito, que é o Marcos Monteiro. Então, nós aqui temos uma preocupação de infraestrutura com a cidade de São Paulo séria, dividida todos os dias. Tanto o Marcos quanto eu somos técnicos. Isso é muito importante. Então, estamos do mesmo lado. Então, vamos trabalhar para a influência e vamos melhorar a nossa participação.

Nossa secretaria tem três comitês: um comitê consultivo, com todos esses professores, políticos administradores e executivos. Temos o comitê de ecoeconomia, que é oficial, da política municipal de mudanças climáticas, que tem a sociedade civil participando; e

temos o Comfrota, que é o Comitê de Transição da Matriz Energética da Frota da cidade de São Paulo, que também é participativo. Fora isso, 47 grupos de trabalhos, todos eles interinstitucionais, funcionam na nossa SeClima, inclusive o de soluções baseadas na natureza. Então, vamos pôr isso em pé. E olhem que é uma secretaria executiva. É pequena. Vamos trabalhar para melhorar a influência do vetor climático da Administração Pública brasileira a partir de São Paulo e com o apoio do parlamento. É o que eu deixaria de mensagem aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Secretário. Acho que essa secretaria deveria ser uma secretaria mesmo, não só uma secretaria executiva.

Tem a palavra a Sra. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, professora, para fazer suas considerações finais.

A SRA. LUCIANA RODRIGUES FAGNONI COSTA TRAVASSOS – Bom, primeiro, quero agradecer a todas as falas, as falas que foram feitas aqui, poderosas.

Por último, só para terminar, eu gosto muito da ideia de que a gente deve planejar para o território e com o território. Então, quando a gente planeja para o território e com o território, a gente vai criar instrumentos de articulação das políticas públicas em conjunto com as pessoas, porque o território são as pessoas. Então, isso é muito importante para a gente pensar nesses planos, nesses novos projetos e o que vai acontecer daqui para frente. Isso é de vital importância.

E eu também queria só dizer que entendo que para resolver, as inundações são, na verdade, um processo que muito provavelmente continuará acontecendo, mas as pessoas em risco devem ser, ou melhor, as áreas de risco precisam ser tratadas como áreas de risco e não é concebível que pessoas continuem vivendo em áreas de risco não mitigável.

Então, a grande questão que se coloca para a gente é: Como avançar a partir daí? Não vai haver uma resposta só. Soluções baseadas na natureza são superimportantes. A gente precisa avançar na implementação e no planejamento das soluções baseadas na natureza, e elas vão ser diferentes caso a caso. Em alguns casos, a gente vai precisar fazer infraestruturas

híbridas também. Isso também deve ser pensado caso a caso. Portanto, por isso que a gente precisa pensar a partir do território, com o território e para o território.

Muito obrigada. Silvia, obrigada pelas falas que foram feitas. Eu estou muito feliz de ter participado neste dia de trabalho importante.

O SR. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – A gente que agradece, Luciana, a sua presença e a sua contribuição.

Tem a palavra o Sr. Anderson Kazuo Nakano, professor, também para as considerações finais.

O SR. ANDERSON KAZUO NAKANO – Bom, gente, primeiro também quero agradecer a oportunidade de participar da audiência e ouvir várias colocações.

Eu queria, primeiro, ressaltar algo que é característico de situações como essa de discussão coletiva, que é a comprovação de que existe algo chamado inteligência coletiva. O que eu acho que é mais interessante, nessa situação, é justamente essa oportunidade de a gente conhecer as várias formas de inteligência, principalmente aquelas que vêm a partir da vivência, da experiência de realidades e, a partir daí, a gente consegue fazer os contrapontos entre os vários pontos de vista e também identificar complementariedades.

Eu acho que é muito importante esse tipo de situação para aproveitar e fazer com que tudo isso vire ação, vire solução, vire novas realidades. Esse é o primeiro ponto.

Agora o segundo ponto que eu gostaria de ressaltar foi dito aqui por algumas pessoas, sobre a revisão do Plano Diretor. De fato, o Plano Diretor ignora solenemente essa pauta, essa revisão, essa proposta, e eu acho, há acúmulos muito grandes já. A gente viu hoje, para que essa minuta que vai ser encaminhada à Câmara possa ser aperfeiçoada, porque ela ainda está muito insuficiente, principalmente nesse quesito, nessa pauta.

Há a Lei 12.608, de 2012, que institui o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, que tem todos os pilares de uma gestão de riscos. Eu acho que ela poderia ser trabalhada dentro dessa minuta, porque, até então, ela está totalmente ignorada.

O terceiro ponto que foi colocado aqui e que eu achei bem importante são os critérios

de definição do que é risco. Não é uma questão meramente técnica. A gente viu isso aqui, que existe uma dimensão sócio-política que precisa ser trabalhada na definição de risco. Aliás, isso vale para tudo e qualquer assunto que diz respeito à cidade, todo e qualquer plano. Não é uma questão simplesmente, exclusivamente técnica. Tudo que diz respeito à cidade é uma questão técnica e política, ao mesmo tempo, sócio-política.

E, por fim, algo que ficou muito evidente nas discussões de hoje, é que as águas urbanas, as águas, na cidade, elas não devem ser vistas como problema. Elas são soluções para muita coisa. Então, se a gente muda esse ângulo de visão, de valoração e de abordagem, a gente vai mudar todo o paradigma de obras urbanas, porque, até então, as obras urbanas são pensadas para resolver o problema das águas, nas cidades, e para dominar as águas, para que elas não provoquem problemas, mas elas não são problemas, elas são soluções para a vida urbana. Então, a gente vai ter de mudar isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Prof. Anderson.

Tem a palavra o Sr. Renato Luiz Sobral Anelli, professor.

O SR. RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI – Bem, depois do Anderson, é difícil achar alguma coisa para falar que ainda seja boa. A Ana Paula usou uma expressão aqui em relação à técnica-política e o Kazuo também. Eu acho que é importante a gente pensar, aprofundar o que pega para a gente, para as pessoas, para a população, para a sociedade entender a dimensão do que essas decisões técnicas que estão ali codificadas em desenhos, diagramas unifilares de drenagem. Quem sabe ler um diagrama unifilar de drenagem urbana? Eles nem sabem o que é isso. Toda apresentação de um caderno de drenagem é feita com esses diagramas. Então, se você não consegue entender aquele diagrama, você não sabe se vai haver um piscinão na porta da sua casa ou se não vai, ou se aquela área vai ter um canal aberto ou um parque linear. Você não vai conseguir.

Eu estava conversando com um colega aqui, que também trabalha, sabe fazer isso, e se houver interesse das associações aqui, das ONGs, das pessoas e outras mesmo, a gente

vai pensar, tentar conceber um curso para leitura, para interpretação desses diagramas, porque é hora de a gente entender que para, poder traduzir essa técnica para ação política, para entender e propor, é necessário fazer quase que uma alfabetização técnica dessas especializações. Eu sei fazer isso. Eu aprendi na prática. Claro que o Marcos também sabe ler. Agora aqui as pessoas que estão sendo afetadas por esses projetos não conseguem discutir, porque não têm capacidade para essa discussão.

Então, fica aqui uma proposta em aberto. Eu vou deixar depois o meu cartão para quem estiver interessado. Procurem-me e a gente pode pensar, pela universidade, um curso de extensão, para que a gente faça algumas vezes. Outros voluntários... Você está convidado também, para que a gente possa fazer esse trabalho. Acho fundamental entender inclusive certos aspectos dos problemas de drenagem sustentável hoje, que, como disse a Luciana, soluções baseadas na natureza não são só soluções, mas elas exigem uma concepção de sistema de funcionamento da drenagem e estabilidade de solo, que é bastante complexo. A gente precisa saber conversar com os especialistas, e aí o que manda é a nossa vontade de sobreviver dentro da cidade, e, para isso, a gente tem que aprender. E aí para poder ter uma certa paridade de posições de conhecimento entre quem está propondo, quem está executando e quem está recebendo esses projetos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Prof. Renato.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Koury, professora.

A SRA. ANA PAULA KOURY – Queria lembrar, Renata, que, em 2017, a primeira ação que a gente fez se chama: “Eu estou tenho explicando para te confundir.” Era a percepção que o cidadão tem do Poder Público, e quem fez parte desse seminário foi o atual Chefe de Gabinete do Subprefeito de Itaim Paulista, o Agnaldo, que teve uma participação muito importante aí no Lab. E acho que eu e ele tivemos um processo muito rico de aprendizagem social na convivência um com o outro e na escuta da comunidade.

Hoje, esse plano que está aí em cima da mesa, Silvia, foi feito a partir de uma colaboração com a subprefeitura, com a Comunidade do Torresmo, e a gente pretende discutir

esse plano montante com Guaianases, chegando a Ferraz de Vasconcelos, porque é um plano de bacia que tem que ser feito e legitimado participativamente. Ele é um instrumento da democracia política. Ele não é uma finalidade em si de solução. Ele tem que ser um instrumento de diálogo.

E convido a todos. Em breve, nós estamos montando um documentário sobre a Comunidade do Torresmo, onde as situações relatadas ali pela moradora aparecem, as águas de chuva empurrando o esgoto para dentro da casa dos moradores. Tudo isso está documentado passo a passo, o que aconteceu nesse janeiro na Comunidade do Torresmo dentro dos barracos, monitorado, dia a dia, pelos moradores. Nós estamos produzindo um vídeo em parceria com a subprefeitura e com os moradores do Torresmo. Chama-se Torresmo, e eu gostaria de ter um espaço aqui, nesta Casa, para vir apresentar esse documentário, que mostra as dores da comunidade e como é importante haver os técnicos, os políticos e a população.

Só para lembrar, esse plano é feito em parceria com Max-Planck, Institut für Meteorology, da Alemanha, que é a mais prestigiosa comissão científica de estudos das questões climáticas, inclusive, com Prêmio Nobel de Física Climática, é apoiado pelo BBMF da Alemanha também, e tem como objetivo fortalecer a governança, fazendo com que o Poder Público chegue na ponta, saiba o que está acontecendo dentro das comunidades, dentro dos bairros. Porque, muitas vezes, não é uma questão de má vontade do Poder Público, é uma questão de falta de percepção do que é, de fato, a construção de um instrumento democrático. O Plano não tem finalidade em si, o Plano e as soluções técnicas devem ser acordadas de forma paritária com a sociedade civil, porque isso desprovincianiza a técnica. Foi o que eu aprendi com os meus alunos e é o que o Max Planck está querendo aprender com a Comunidade do Torresmo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada, Professora Ana.

Nós também queremos aprender com a Comunidade do Torresmo, então, já vamos ver uma data para vocês poderem vir aqui explicar esse plano que, inclusive, o próprio

Secretário está dizendo, aqui, que pode ser um plano piloto, um exemplo a ser seguido, que é o exemplo de participação popular e, ao mesmo tempo, vir aliando a técnica, o conhecimento, a ciência, com a participação popular. Então é muito legal. Amei. Vamos quebrar o protocolo: eu amei.

Passo então, agora, a palavra para o nosso último convidado, que é o Marcos Monteiro, que ficou com a parte mais difícil que é responder a todas as perguntas técnicas e políticas.

O SR. MARCOS MONTEIRO - Bom, desde que todo mundo não espere todas as respostas. (Risos)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Mas dez minutos, por favor, Sr. Secretário.

O SR. MARCOS MONTEIRO - Tudo bem, depois fazemos mais dez amanhã, mais dez depois. Gente, obrigado, foi extremamente enriquecedora essa reunião com vocês, todas as sugestões que foram dadas. Quero agradecer especialmente ao Secretário Pinheiro Pedro, dizer que a recíproca é verdadeira, eu aprendo muito contigo, é um prazer trabalhar com o senhor, as sugestões que nos traz, tudo isso é muito importante.

Acho que, hoje, na Prefeitura, o Prefeito Ricardo Nunes consegue dar um direcionamento para o trabalho em equipe, para o trabalho conjunto, as Secretarias se conversam, os Secretários trocam, constantemente, ideias entre si. Evidentemente nós erramos, não conseguimos atender a todas demandas, mas tenho certeza que todo o esforço possível está sendo feito para que consigamos melhorar as condições e a vida das pessoas da Cidade.

O Secretário falou de uma comissão para estudar a mudança climática e eu acho que temos de discutir, também, e acho que o Legislativo, a Casa aqui, a Câmara Municipal é o melhor local para isso, e entendemos a necessidade das pessoas mais pobres ocuparem esses espaços nas periferias, porque é onde o terreno é mais barato, é onde tem maior facilidade de implantação, mas temos de discutir a Cidade no sentido até de como fazer isso, o que podemos fazer para que os impactos não sejam tão grandes.

Acho que todos que moram na periferia e que têm suas casas alagadas, vêm situações de casas realmente na beira dos córregos e, quando enche esses córregos, as casas são levadas. É uma situação triste para todos nós. E isso é algo que a Cidade tem de discutir um pouco essa situação.

Outro problema grande que temos na Cidade, e já vamos falar das obras, é a questão do lixo nos córregos, do lixo na microdrenagem. Então seria criarmos uma grande campanha de conscientização e até discutir o que a Prefeitura tem de disponibilizar, de instrumentos, para melhorar essa situação do descarte desse lixo. Não é difícil vermos, nos córregos, sofá, colchão, fogão e, sempre quando conversamos com as pessoas, o problema é sempre o pessoal que está mais para cima: "Não, isso vem do pessoal que está mais para cima".

Portanto, criar conscientização que, no final, todas essas situações acabam trazendo problemas para as próprias pessoas que moram naquela região. É uma discussão importante que temos de ter como cidadania mesmo. Uma discussão abrangente, sem ficarmos partidizando ou discutindo se é quem pode mais, quem tem mais dinheiro, ou quem não, mas discutir seriamente a Cidade.

O Gabinete está sempre à disposição de todos. Nós recebemos muitas pessoas, também através dos Vereadores, estamos abertos para discutir. E falar que estamos fazendo planos, sim, mas várias ações estão acontecendo em paralelo, então, não é só a questão de discurso, ou de preparar plano. Existem muitas obras em andamento. E repito: estamos à disposição para voltar à Câmara quantas vezes for possível para discutir essa questão.

A Antônia que está aqui do meu lado trabalha na área de planejamento e ela tremendo para falar, para dar alguns esclarecimentos, então vou dividir um pouco a minha fala com ela, pois tem comentários sobre as falas que foram feitas.

A SRA. ANTÔNIA - Obrigada, Marcos, bom dia a todos e todas. Queria fazer alguns esclarecimentos sobre os questionamentos que foram trazidos durante todas as falas, mas, antes de tudo, acho que o ponto que mais ouvimos, hoje, é a importância da participação popular em todos os estudos, trabalhos, nas etapas de planejamento, tudo isso.

Queríamos aproveitar a oportunidade para compartilhar com vocês uma novidade que estamos organizando para os próximos cadernos de drenagem. Estamos organizando para melhorar o nosso processo de participação popular nessa etapa que é bem inicial mesmo, de planejamento da drenagem, relaciona a consultas públicas, audiências, tão logo iniciarmos os cadernos.

É um trabalho bastante técnico, mas que não por ser bastante técnico, até o Professor Renato falou da dificuldade do leigo de, às vezes, entender, interpretar e comunicar com essa informação técnica, mas, de novo, não porque ela é técnica que não possa, não deva ser tratada junto com a sociedade. Então a primeira coisa é que desejamos compartilhar isso: que estamos organizando e, muito em breve, vamos anunciar mais sobre isso, então os próximos cadernos vão poder contar com essa contribuição, com essa participação. Inclusive, o caderno que abrange a praça São Crispim, que é um assunto que já conversamos no Cades da Lapa.

Algumas questões que foram colocadas sobre dúvidas da nossa publicação, da priorização, de critérios e tudo o mais, falou-se muito do porquê jogar mais para o final da lista as obras que envolvem as famílias. Queria, primeiro, esclarecer que tem dois critérios que temos no Plano relacionados a isso.

Um é o seguinte: se você tem, hoje, um alagamento numa área que atinge famílias vulneráveis, isso pesa para que essa obra esteja no começo da lista. Então o critério é: manchas que atingem a família, se a família é vulnerável ou não é vulnerável; se for vulnerável isso sobe no ranking. Então sim: hoje o critério é priorizar obras que melhorem as condições de quem está numa situação já vulnerável.

E tem outro critério, que é parecido e que confunde, que é assim: no lugar da obra, da intervenção, seja baseada na represa, ou que seja de concreto, o local onde estamos pretendendo fazer a intervenção, se nesse local, tem famílias, e vamos precisar reassentá-las em outro local, aí sim nós jogamos isso um pouco mais para a frente. Quer dizer que nós vamos atuar mais para a frente? Não. Nós vamos atuar junto, como o Secretário falou, e eu queria endossar isso, nós trabalhamos muito em paralelo com muitas - muitas! - intervenções ao mesmo

tempo. Mas, por que essa obra tem de ir um pouco mais para a frente? Porque a ideia da Prefeitura é: buscar terreno, fazer produção habitacional, para, assim, remover essas famílias, dar um local para elas, e já entrar com a obra, e não ficar alimentando fila de aluguel social que, como foi muitas vezes dito aqui, não é bom para ninguém. Não é bom para a família, não é bom para a Prefeitura.

Portanto, quando jogamos mais para o final uma obra que depende, que envolve as famílias, não é por ser menos importante, mas é porque tem esse passo antes, passo esse que temos de dar para poder resolver. Não adianta chegar lá e, na área, ainda tem as famílias e não dá para fazer a intervenção.

Queria esclarecer isso porque, às vezes, acaba dando essa impressão de que não estamos priorizando as pessoas que já estão numa situação vulnerável, então, sim, elas são priorizadas. Se nós não estivermos comunicando isso tão bem, na nossa documentação, nós buscamos melhorar. Aliás, quando abriremos as consultas, como eu estava falando, para os próximos cadernos, abriremos junto para a revisão do PDD, como o Secretário falou, é uma comunicação viva, que vai ser sempre revisitada.

E é também como falamos desde o lançamento: a nossa ideia, os critérios que colocamos, agora, na primeira versão, eles podem ser melhorados com a sugestão e com a participação de todos, da sociedade, da academia, do governo, enfim, nós vamos abrir isso também.

O SR. MARCOS MONTEIRO - Só complementando o que a Antônia falou, e que eu tinha comentado, não é que vamos fazer um de cada vez. A questão é que as ações, e temos várias ações simultâneas, então quando dizemos 'isso fica mais para a frente' é porque, num primeiro momento, já consultamos a Sehab, levamos lá qual vai ser a área de intervenção, já fazemos um estudo inicial.

Temos uma ação junto à Sehab na qual já definimos o perímetro de intervenção, eles vão na área, promovem a selagem, justamente para ver quantas famílias serão atendidas e, daí, começamos a providenciar locais para que essas pessoas possam ser realocadas. Então, nesse

momento, a obra realmente não começa. É nesse sentido que comentamos, é dar um tempo para que a Sehab tomar essas ações de tratamento das famílias que estão naquele local, passivo de intervenção.

A SRA. ANTÔNIA - Também queria compartilhar com vocês, caso não saibam, na revisão do Plano Diretor, um mapa novo que vai ter e não existe na versão atual é um mapa sobre a drenagem, sobre as intervenções prioritárias de drenagem que já temos hoje, e também aproveitando para reforçar que: o que, hoje está no PDD é o resultado dos cadernos que já existem e isso vai aumentando com o tempo. Mas, tudo que já temos de informação consolidada, passamos para a SMUL, que é a Secretaria que centraliza a revisão do Plano Diretor. Teremos, portanto, um mapa sobre as ações de drenagem.

Nós também passamos diversas sugestões, textos, quadros e todas as informações relativas às soluções baseadas na natureza para que possa a SMUL ver a melhor forma de incorporar na revisão do Plano Diretor; para que seja sempre a prioridade buscar essas soluções. Isso está sendo pensado, é uma preocupação nossa e estamos buscando atender isso.

O SR. MARCOS MONTEIRO - Complementando, foi mostrado também o mapa do GeoSampa, o qual mostra as grandes manchas de alagamento na Cidade.

Aquele mapa não é que só alaga nessas regiões, é que essas regiões estão sujeitas a grandes alagamentos. Acho que muitas de vocês moram em região alta, por exemplo, e tem alagamento localizado. (Pausa) Não é o caso de nenhum... vocês moram em região baixa. Mas tem região alta na Cidade que têm também pontos de alagamento localizados, onde temos de dar um tratamento também.

E então, as soluções que os professores estavam falando, sobre as soluções, ambientalmente, mais adequadas, são mesmo soluções importantes para esses pontos de alagamento localizadas. Agora, as grandes manchas de alagamento, onde a água chega com maior velocidade, o volume de água é maior, realmente, ainda não encontramos solução melhor que os reservatórios, que é onde se consegue absorver a água de maneira mais rápida e em volumes muito maiores.

Quando à chamada Solução Cinza, os últimos cadernos de drenagem, não é Antônia, eles, na verdade, foram evoluindo ao longo do tempo, portanto, apresentam sim uma preocupação de tratamento urbanístico. Então vocês vão encontrar, em todos os cadernos mais novos soluções com tratamentos urbanísticos, e não só a solução de reservatório. Tem solução de jardim de infiltração, de jardim de chuva, entre outros. Baixem lá os cadernos e vocês verão que tem muita coisa legal. Não que esse seja o projeto definitivo, porque todas as ações, como eu falei, recebem licitações de projetos, são contratadas empresas que têm muita experiência nesse tipo de desenvolvimento de projetos urbanos, de macrodrenagem, e daí para sair o projeto definitivo.

Mas, com essa ação que a Antônia comentou, e que começamos, agora, a fazer consultas públicas logo no início dos cadernos, já para coletar sugestões da população da região, acho que vamos conseguir nos aproximarmos das expectativas das pessoas que são moradoras dessas várias bacias hidrográficas.

Só ver se tem mais alguma coisa. (Pausa) Só falar para a Professora Ana Paula, vocês fizeram uma apresentação para o Pedro Algodoal, a Antônia tem 20 anos de Prefeitura, é funcionária de carreira, daqui a pouco estou indo embora, mas ela continua lá trabalhando pela Cidade, e é a mesma o Pedro Algodoal, o Pedro está com quantos anos de ..

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS MONTEIRO - Com 40 anos de Prefeitura, então esse é outro recado que eu gostaria de deixar: o Secretário está numa determinada gestão, mas logo ele sai. Nós temos de ter política pública constante, que vá sempre na direção correta. É essa a preocupação que estamos tendo.

Outra preocupação nossa é não acontecer o que aconteceu no início da Gestão: não tínhamos projetos consolidados para começar as obras. Por isso, queremos deixar uma grande reserva de projetos para a próxima gestão. É pensar na política pública não importando quem vai ser o próximo Prefeito, mas deixando esse legado para a Cidade.

E, só para terminar, para a Professora Ana Paula, vocês apresentaram para o Pedro

Algo doal; temos uma necessidade enorme dessa contribuição de projetos; vamos estudar isso; estava eu conversando mesmo com a Antônia, eu não conhecia esse projeto ainda, está lá com o Pedro e ele vai nos expor. E daí, vamos sim, vamos dar andamento a isso. Acho um projeto extremamente interessante por sua apresentação, vamos ver em que nível que ele chegou, se já é próximo a um projeto básico, ou estamos num estudo preliminar, mas que sim, possamos, efetivamente, dar andamento a esse projeto. E Ana, obrigado pela colaboração de você e de seus alunos. Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada, Secretário.

Neste momento, vamos fazer o encerramento da audiência. Quero agradecer aos dois Secretários que estiveram presentes: o Secretário Pinheiro Pedro, o Secretário Marcos Monteiro. Agradeço a todos os professores que estiveram presentes, a Professora Ana, o Professor Renato, o Professor Anderson, a Professora Luciana e Antônia, aos Vereadores que participaram e, sobretudo, a todas as pessoas, moradores, muitos dos quais sofrem na pele a questão dos alagamentos, dos deslizamentos, das condições precárias.

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Só um minuto, pessoal, ainda não encerramos a audiência.

Quero encerrar comentando a fala da D. Crenildes que foi quem me chamou mais a atenção no sentido de que ela está lá, ela está no local sofrendo as consequências, sejam da crise climática - que tem seu aspecto mundial, mas também local -, sejam da falta de planejamento de quatro anos, dez ou vinte anos, ou do fato de que construímos a cidade de São Paulo tampando seus rios, que é um problema histórico, enfim, não importa de onde vem o problema, importa quem está sofrendo e que precisa de uma solução.

E a solução que ela falou não pode ser essa, não pode ser a Defesa Civil batendo na porta dos seus barracos, falando para saírem em 5 dias. É isso que não pode acontecer. E para isso não acontecer é fundamental que nós avancemos em projetos que possam garantir a participação popular. Tenho certeza que se a população participar não viria essa decisão de se

sair daqui 5 dias, batendo na porta como se fosse um ultimato, 'ou você saiu ou você sai'. Não pode ser assim! A população não pode ser levada para lá e para cá, não sabe para onde vai, vai ficar em aluguel social, quantos anos vai ficar em aluguel social, recebendo 400 reais? Não dá para ser assim.

Queremos construir, coletivamente, um projeto de lei para que isso não aconteça mais. Esse é nosso compromisso. E também quero deixar aqui, como proposta de encaminhamento, que a Comissão de Política Urbana acompanhe esse Plano de Redução de Riscos que está aí nos cem projetos iniciais, e que nós façamos também o que seria esse Plano de Resiliência, mencionado pelo Secretário Pinheiro Pedro, e que esse Plano Piloto, apresentando pela Professora Ana com seus alunos, também possa ser trazido aqui para uma explanação mais detalhadas e que, realmente, possamos cobrar a sua execução, além de que também seja um plano de exemplo para a cidade de São Paulo.

Então a gente tem coisas mais imediatas que podemos fazer e temos outras também a médio prazo.

Quero agradecer muito a participação de todas as pessoas que ficaram até agora, são duas horas da tarde. Agradecer especialmente às mulheres do MAB que estiveram aqui e encerrar com o lema delas: "Águas para a vida...

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - ... não para a morte".

Obrigada a todos. (Palmas)